

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

PATRICIA MOREIRA FERRAZ DE ALMEIDA

**INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM
ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS NO
MUNICÍPIO DE ITAPETINGA – BA.**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2013**

PATRICIA MOREIRA FERRAZ DE ALMEIDA

**INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM
ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS NO
MUNICÍPIO DE ITAPETINGA – BA.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: RONDINALDO SILVA DAS ALMAS

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2013**

A45i

Almeida, Patricia Moreira Ferraz de.

Indústria e desenvolvimento regional: um estudo a partir da produção de calçados no município de Itapetinga-BA / Patricia Moreira Ferraz de Almeida, 2013.

77f.: il.: Color.

Orientador (a): Rondinalva Silva das Almas.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

Referências: f.70-75.

1. Desenvolvimento regional – Bahia. 2.
Desenvolvimento industrial – Itapetinga-BA. I. Almas,
Rondinalva Silva das. II. Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia. III.T.

CDD: 338.98142

PATRICIA MOREIRA FERRAZ DE ALMEIDA

**INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM
ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS NO
MUNICÍPIO DE ITAPETINGA – BA.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 02 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA

Professor
Orientador Rondinaldo Silva das Almas

Professor
Examinador Marco Antônio T. Soares

Professor
Examinador José Antônio Gonçalves

Dedico esse trabalho a todos que me apoiaram e me incentivaram nessa longa jornada. A minha família, amigos e mestres.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença constante em minha vida e por ter me dado sabedoria e discernimento para a conclusão desse trabalho.

A toda a minha família, amigos e colegas, em especial minha mãe Ivonete, minhas irmãs Aline e Jaqueline, meu companheiro Efon, meus filhos Letícia, Pedro e Arthur, minha sogra Marta, por todo amor, carinho, dedicação e incentivo.

Aos meus mestres, em especial ao meu orientador Rondinaldo Silva das Almas pelos ensinamentos e por contribuírem para o meu crescimento profissional e pessoal.

“Não importa aonde você parou...
Em que momento da vida você cansou...
O que importa é que sempre é possível e necessário
“Recomeçar”.
Recomeçar é dar uma chance a si mesmo...
É renovar as esperanças na vida e o mais importante...
Acreditar em você”.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O município de Itapetinga já foi considerado um grande mercado produtor de gado de corte e leite, tendo inclusive recebido o título de “Capital da Pecuária”. Entretanto, pela forma de produção extensiva e outros fatores que provocaram o declínio da produção, tal atividade entrou em crise e estagnou a economia local. No final dos anos 1990, surgiu a possibilidade de diversificação econômica através da atração de indústrias para a cidade e região. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos econômicos da implantação da fábrica Azaléia no município de Itapetinga-BA, verificando as mudanças no crescimento do comércio, elevação do PIB municipal, implantação de novas indústrias, geração de emprego e renda. Através do método de abordagem e investigação descritiva o estudo possibilitou a análise dos fenômenos e variáveis determinantes da realidade econômica *ex-ante* e *ex-post* no município de Itapetinga com a instalação da fábrica Azaléia que permitiu concluir que de fato, desde a instalação da fábrica Azaléia houve um aumento considerável do PIB municipal, uma relevância no número de empregos diretos e indiretos gerados devido a atividade ser intensiva em mão-de-obra e pela a importância no contexto geral com mudanças perceptíveis de âmbito estrutural e financeiro.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Desenvolvimento Regional. Indústria.

ABSTRACT

The municipality of Itapetinga was once considered a major producer market beef cattle and milk, including having received the title of "Capital of Livestock". However, the form of extensive production and other factors that caused the decline in production, such activity was in crisis and the stalled economy. In the late 1990s, there was the possibility of economic diversification by attracting industries to the city and region. In this context, this work aims at analyzing the economic impacts of the implementation of Azalea plant in the municipality of Itapetinga BA-checking the changes in the growth of trade, GDP growth municipal deployment of new industries, generation of employment and income. Through the method of approach and descriptive research study allowed the analysis of the phenomena and variable determinants of economic reality ex-ante and ex-post in the town of Itapetinga with the installation of the factory that azalea concluded that in fact, since the installation of the plant azalea there was a considerable increase in the municipal GDP a relevance in the number of direct and indirect jobs generated due to activity is intensive hand labor and the importance in the overall context with perceptible changes of a structural and financial.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Números do mercado mundial (em milhões de pares em 2007)	39
Tabela 2	Principais Estados Brasileiros Produtores de Calçados	42
Tabela 3	Densidade demográfica de Itapetinga	54
Tabela 4	Produto Interno Bruto dos Municípios 2007 – Itapetinga	59
Tabela 5	A indústria Azaléia e a geração de emprego	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Processos Determinantes do Desenvolvimento Regional	32
Figura 2	Evolução dos Números de Estabelecimentos e de Empregos Formais	44
Figura 3	Fluxograma da produção de calçados	47
Figura 4	Cadeia produtiva da indústria de calçados, couro e artigos de couro	48
Figura 5	Imagem de satélite do Município de Itapetinga	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do Número de Operários da Azaleia entre os anos 1997-2002	63
Gráfico 2	Participação da Azaléia nos empregos formais em Itapetinga e região	64
Gráfico 3	Participação da Azaléia nos empregos formais por município	65
Gráfico 4	Investimentos fixos fábricas da Bahia	65

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	16
1.1	Localização de Atividades Econômicas	19
1.2	Teorias Exógenas de Crescimento Econômico	23
1.2.1	<i>Teoria do Pólo de Crescimento e Desenvolvimento</i>	25
1.2.2	<i>Teoria da Causação Circular Cumulativa</i>	27
1.2.3	<i>Movimento de endogenização do desenvolvimento econômico regional</i>	29
1.2.3.1	<u>Teoria do Crescimento Endógeno</u>	29
2	A INDÚSTRIA CALÇADISTA	35
2.1	A Dinâmica Produtiva da Indústria Calçadista	35
2.2	A indústria de calçados no Brasil	45
3	A INDÚSTRIA CALÇADISTA NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BA.	52
3.1	Evolução histórica e econômica do município de Itapetinga	52
3.2	Aspectos de infra-estrutura do município de Itapetinga	53
3.3	Evolução Urbana do Município	56
3.4	Receitas da Prefeitura Municipal de Itapetinga antes da implantação da Azaléia	58
3.4.1	<i>A Indústria Calçadista Azaléia/Azaléia/Vulcabrás no Município de Itapetinga-BA</i>	59
3.4.2	<i>Impacto da produção da Azaléia na arrecadação de impostos municipais</i>	60
3.4.3	<i>Implantação de novas empresas no município de Itapetinga após instalação da Azaléia</i>	60
3.4.4	<i>Contribuição da Azaléia para a geração de emprego e renda</i>	61
3.4.5	<i>Relação da Indústria Calçadista com o Desenvolvimento Regional</i>	64
4	CONCLUSÃO	67
	REFERENCIAS	70

INTRODUÇÃO

O município de Itapetinga localiza-se na Região Econômica do Sudoeste da Bahia e possui dois distritos: Palmares e Bandeira do Colônia. Era conhecida como Microrregião Agropastoril de Itapetinga do período de 1912 a 1952. Em 12 de Dezembro de 1952, Itapetinga conquistou sua emancipação política. De acordo com o censo realizado em 2010 Itapetinga tem uma população de 68.314 habitantes. (IBGE, 2010).

Até 1996, a pecuária bovina extensiva era a principal atividade econômica desenvolvida em Itapetinga. Esse setor caracteriza-se pela forte concentração de renda e por demandar pouca mão-de-obra.

Esta atividade no município alcançou o apogeu e se tornou líder no comércio de gado no Norte e Nordeste do país. No início dos anos 1960, surgiram os primeiros sinais de crise no setor. A região passou por uma fase de estagnação econômica e o excedente gerado pela atividade agropecuária era insuficiente para reinvesti-lo em outras atividades empregatícias, isto porque, a estrutura agrária tradicional utilizava uma pequena parte da população economicamente ativa da região e pelo inexpressivo reinvestimento da renda gerada pela atividade pecuária impossibilitando a fixação do capital.

Desta forma, com a crise e o aumento do desemprego na região surgiram as preocupações e os primeiros questionamentos sobre tal problemática por parte do Governo municipal. É importante destacar que além da crise na atividade pecuária, este período caracterizou-se pela ausência de investimentos dos Governos Federal e Estadual.

Contudo, surgiu em 1996, uma possível solução para o problema do desemprego e para a retomada do crescimento econômico do município, sobretudo, devido a uma agressiva política do governo da Bahia de atração de investimentos na forma de incentivos fiscais e infra-estrutura. Em 1996, foi implantada em Itapetinga a Azaléia, uma empresa nacional que está entre as cinco maiores organizações calçadista do mundo, com o objetivo de fabricar calçados femininos e esportivos, com a previsão inicial de gerar mais de 6.000 empregos diretos e indiretos. A implantação desse projeto esteve relacionada também a questões de ordem política, econômica, geográfica e locacional.

Embora já existam alguns trabalhos desenvolvidos sobre o assunto, busca-se contribuir e dar continuidade às pesquisas relacionadas ao tema. Desta forma, o interesse pelo tema proposto

surgiu para compreender e constatar a contribuição econômica da Azaléia para o desenvolvimento e crescimento do município de Itapetinga.

Neste contexto o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos econômicos da implantação da fábrica Azaléia no município de Itapetinga-BA verificando as mudanças no crescimento do comércio, elevação do PIB, de novas indústrias, geração de emprego e renda e expansão da zona urbana.

A presente pesquisa caracteriza-se por ser descritiva. Segundo Prestes (2008, p. 26), uma pesquisa é considerada descritiva quando “se observam, registram, analisam, classificam e interpretam os fatos, sem que o pesquisador lhes faça qualquer interferência”. Ainda segundo a autora, entre essas pesquisas estão incluídas, as de opinião, levantamentos econômicos e mercadológicos.

O estudo se constituiu da realização e análise da verificação da realidade econômica *ex-ante* e *ex-post* no município de Itapetinga com a instalação da fábrica Azaléia. O método de abordagem e investigação descritiva possibilitou analisar e identificar os diferentes fenômenos e variáveis determinantes no campo econômico.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos através de uma revisão bibliográfica coletados por meio de livros, artigos, revistas, internet e trabalhos acadêmicos, além de informações colhidas pela aplicação de questionários com perguntas fechadas. Outros dados relevantes e complementares foram também obtidos de instituições, tais como: Azaléia S.A, Prefeitura Municipal de Itapetinga, Clube dos Dirigentes Logistas (CDL) de Itapetinga, Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e comércio local, não considerando o comércio informal.

Utilizou-se a amostragem não probabilística por conveniência como procedimento para analisar o comportamento das variáveis econômicas (emprego e renda). A interpretação dos dados coletados e a análise econômica foram abordadas de acordo com os autores pesquisados, considerando variáveis como emprego e renda.

As hipóteses de partida desta pesquisa foram: A instalação da Azaléia contribuiu para o processo econômico e surgimento de novas atividades econômicas em Itapetinga; Diminuiu os índices de desemprego; Gerou emprego e renda; Influenciou na reestruturação do comércio.

Para alcançar o seu objetivo, este trabalho conta, além desta introdução e da conclusão, com três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo específico estudar as Teorias do

Desenvolvimento e Crescimento Regional, utilizando um referencial teórico com ênfase nos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico regional na concepção de Smith (1983), Keynes, Schumpeter, Furtado (1961) e Souza (2005), teoria do polo de desenvolvimento e crescimento segundo Perroux (1967); teoria do crescimento endógeno na visão de Amaral Filho (1995) e Sergio Boisier (1989); Teoria da Causação Circular Cumulativa segundo Myrdal (1960) e Hirschman (1960); Teoria do Desenvolvimento Regional de acordo Haddad (1989) e Spinola (2003) e as questões relacionadas à localização industrial na concepção de Thunen, Weber (1909), Isard (1985), Kon (1999), Ferreira (1989).

Em se tratando de uma indústria de calçados, o segundo capítulo analisará a indústria calçadista no Brasil, destacando as políticas de atração de investimentos para o setor na Bahia.

O capítulo seguinte discorrerá sobre alguns aspectos econômicos e de infra-estrutura da região de Itapetinga até o momento da instalação da fábrica Azaléia analisando a contribuição da fábrica nas mudanças e no crescimento do PIB, do emprego, da renda gerada do processo de remuneração da mão-de-obra e a arrecadação de impostos no município, do comércio (abertura de novas empresas) e crescimento da zona urbana.

Por fim, na conclusão, onde serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 1 ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As disparidades regionais sempre existiram ao longo da história da humanidade devido à aglomeração de grande quantidade de pessoas em centros urbanos, mas foi a partir dos anos 1950 que as preocupações e estudos sobre a questão do desenvolvimento regional começaram a surgir entre teóricos e estudiosos. Os efeitos das desigualdades socioeconômicas são visivelmente percebidos nas regiões menos favorecidas com o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, social e político. Nessas regiões o nível de renda *per capita* é baixo, com poucos investimentos ou quase nenhum e baixos índices de crescimento.

Esses efeitos aparecem de forma imediata e refletem na qualidade de vida dos indivíduos e têm como consequências desemprego, diminuição da renda, precarização da saúde e da educação, falta de segurança, lazer e bem-estar escassos, entre outras. Assim, é necessário abordar, mesmo que de forma sucinta, o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico, que tem diferentes pontos de vista a partir dos vários autores, e posteriormente analisar as teorias de grandes autores e estudiosos que contribuíram cientificamente com as questões do desenvolvimento regional.

Não existe uma única definição para os conceitos de “crescimento” e “desenvolvimento”, além da corrente de tradição clássica, Souza (2005) destaca mais duas correntes de economistas para explicar a amplitude dos termos “desenvolvimento” e “crescimento”. A primeira corrente de tradição neoclássica defende o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e a segunda corrente formada por economistas de orientação crítica explica que o crescimento é uma condição para que haja desenvolvimento, mas essa condição por si só não é suficiente para beneficiar a economia e melhorar a qualidade de vida da população.

Neste contexto, segundo Souza (2005, p. 5) “para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresentem recursos ociosos, como terra e mão-de-obra”. Pode-se dizer que um país é considerado subdesenvolvido, por possuir um crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico e uma concentração da renda e da riqueza que implica em um número considerável de pessoas pobres em relação à população.

Conceitualmente, na visão da corrente de tradição neoclássica o crescimento econômico visa expandir o produto real *per capita* da economia, enquanto que o desenvolvimento econômico, além de expandir o produto real *per capita*, consiste em melhorar os indicadores socioeconômicos (moradia, saúde, educação, alimentação, segurança e lazer).

Fica claro que o crescimento econômico envolve questões puramente quantitativas e está relacionado com o crescimento da produção e da renda. O desenvolvimento econômico está diretamente ligado a questões de ordem qualitativas, pois quando a população apresenta-se com um nível elevado de renda e bem distribuído entre as classes menos favorecidas, verifica-se uma melhor condição de bem-estar dos indivíduos.

Desta forma, a ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) a níveis superiores à elevação do crescimento demográfico e uma renda melhor distribuída entre os indivíduos mais pobres, possibilita condições para que o desenvolvimento econômico aconteça.

Furtado (1986, p. 18) destaca que:

Os clássicos da primeira metade do século XIX, seguindo J. B. Say, classificavam os “elementos da produção” em três fatores: terra, capital e trabalho. Não obstante isso atribuía ao trabalho a origem de todo “valor”. Todavia, a quantidade de trabalho que podia ser empregado estava determinada pelo montante de capital acumulado. [...] a capacidade de emprego era uma função da acumulação de capital. Assim os economistas da primeira metade do século XIX – particularmente na Inglaterra – ao estudarem a acumulação de capital não o fizeram para explicar o desenvolvimento e sim com vistas a justificar a forma como se repartia a renda social.

É importante ter cuidado para não confundir os números crescentes de produtividade, que às vezes significam apenas mais lucratividade para os empresários com desenvolvimento, o qual deve se apresentar com aumento da renda real *per capita*.

Para Furtado (1961, p. 115-6) “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. Seguindo este pensamento, o desenvolvimento implicará a longo prazo no fortalecimento da economia nacional, ampliação da economia de mercado, elevação geral da produtividade e nível de bem-estar da população.

Seguindo uma perspectiva clássica sobre a teoria do desenvolvimento, o economista Smith (1983) apud Souza (2005) foca sua análise no crescimento econômico (SOUZA, 2005).

Em relação à distribuição da renda, Smith admite a existência de interesses conflitantes e de desigualdades na sociedade, entretanto, considera esta desigualdade como natural.

Com relação ao crescimento econômico abordado por Smith, Aragão (2007, p. 2) comenta que:

[...] O que de mais importante ajuda a explicar o crescimento econômico é a divisão de trabalho, e a pré-condição da divisão do trabalho é a acumulação de capital. Smith advoga aquilo que ele descreveu como liberdade natural, cuja principal característica é a liberdade individual de cada um de competir com outro, com a mínima intervenção do estado. E a principal razão para a qual o governo necessita intervir no crescimento econômico é de garantir um sistema de justiça.

Os argumentos de Smith (1983) são fundados na harmonia dos interesses individuais que conduzem as forças de mercado com a mínima intervenção do Estado, apenas o suficiente para controlar a taxa de juros e incentivo a novos investimentos. Por outro lado, o desenvolvimento não surge de forma natural, principalmente em regiões subdesenvolvidas ou em fase de desenvolvimento. O apoio tanto de instituições públicas quanto de privadas é fundamental para desencadear o processo de desenvolvimento em uma região. O papel do estado visa auxiliar o mercado e promover o bem estar social. Neste contexto, de acordo com as Nações Unidas, desenvolvimento pode ser conceituado como:

Processos em que os esforços de uma população se somam aos do governo para melhorar as condições sociais, econômicas e culturais da comunidade, procurando integrá-las na vida do país, permitindo-lhes contribuir plenamente para o progresso social (NAÇÕES UNIDAS, apud MOURA, 2001, p. 3).

No que diz respeito ao desenvolvimento, Keynes (1982, p. 284) afirma que “os dois principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição de riqueza e das rendas”.

A afirmativa de Keynes (1982) é pertinente para a atualidade, pois uma situação em que a região é capaz e consegue alcançar um determinado nível de pleno emprego associado a uma melhor qualidade do padrão de vida da população contribuem de forma importante para o crescimento e desenvolvimento econômico.

¹ Situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta (SANDRONI, 2004, p. 474).

De acordo com Andrade (1987, p. 59-60), para Perroux (1967), economista francês e também teórico do desenvolvimento econômico, crescimento se difere de desenvolvimento e destaca que o desenvolvimento “é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global”.

Percebe-se que para haver crescimento econômico e os países subdesenvolvidos atingirem o estágio dos países desenvolvidos, é necessário um aumento do produto real global e da renda *per capita*, é necessário também que seja alcançado o pleno emprego, pois, havendo uma igualdade entre a demanda e oferta de trabalho, as chances de se obter uma distribuição equitativa de riqueza e das rendas serão maiores.

1.1 Localização de Atividades Econômicas

A questão da localização é de grande importância para o processo de industrialização, pois se preocupa em analisar e estudar o processo de decisão da localização das firmas: Por que se localizar em uma determinada região e não em outra? E que fatores influenciam na decisão da localização da firma?

A teoria da Localização Industrial faz parte da teoria do desenvolvimento regional, despertando o interesse de pesquisadores das ciências sociais, mais especificamente geógrafos e economistas a questionarem sobre problemas de ordem locacional (SPÍNOLA, 2003).

Segundo Spínola (2003, p. 29), as teorias sobre o tema surgiram “A partir do século XX, com o processo de desenvolvimento capitalista e com a forte influência do modelo de produção industrial taylorista e fordista, essas teorias começaram a se desenvolver”. O modelo de produção fordista era constituído basicamente pela produção em massa; trabalho individualizado; parcelamento do trabalho; verticalização; concentração das fábricas e trabalho especializado, ou seja, cada trabalhador realizava apenas um tipo de atividade. “Esse modelo, junto com o taylorismo, foi predominante durante o século XX na indústria capitalista” (ANTUNES, 2000, p. 25).

Ainda de acordo com Spínola (2003), as formulações teóricas e as discussões sobre a questão locacional dividem-se em dois períodos. O primeiro período foi encerrado no final da década de 1960, sendo que o segundo período inicia-se a partir daí. O primeiro foi marcado pelo

aparecimento de duas correntes. A primeira corrente considerava os mercados puntiformes, ou seja, a concentração dos consumidores em discretos pontos do espaço geográfico; não considerava a interdependência locacional; seu regime era o de mercado de concorrência perfeita e o enfoque estático. Os principais autores que contribuíram para esta primeira corrente foram: Johann Heinrich Von Thünen, Walter Christaller e Alfred Weber (SPÍNOLA, 2003).

Ao contrário da primeira corrente, o enfoque da segunda era dinâmico; os consumidores dispersavam-se em áreas de mercados de tamanhos diferentes; considerava a interdependência locacional e o regime era o de concorrência imperfeita. Os autores que contribuíram para esta corrente foram: Augusto Lösch, Harold Hotelling, Tord Palander e Walter Isard. Os teóricos das duas correntes são considerados como clássicos (SPÍNOLA, 2003).

O segundo período (1960) foi marcado pela revolução tecnológica e pela ruptura com o modelo de produção taylorista e fordista. A partir desse momento iniciou-se uma nova era intitulada como especialização flexível (PIORE; SABEL, 1994 apud SPÍNOLA, 2003). De acordo Antunes (2000, p. 25), “Sabel e Piore foram os primeiros a apresentarem a tese desta nova forma de produção especialização flexível”. Estes autores destacam as características desse novo paradigma produtivo:

Um modelo produtivo que recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista. Um processo “artesanal”, mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção em série, comportando experiências bem-sucedidas.

Além dessas características o modelo de especialização flexível destaca-se por possuir: flexibilização na organização do trabalho; controle de qualidade; terceirização; subcontratação; gerência participativa; horizontalização; polivalência; eliminação do desperdício (ANTUNES, 2000). Este modelo marca uma época de grandes transformações características da globalização capitalista. “A partir das mudanças ocorridas neste período, no final do século XX ressurgem os estudos e pesquisas sobre a problemática regional relacionada a questões locais” (SPÍNOLA, 2003, p. 29).

A teoria desenvolvida por Thunen relacionava aspectos da localização agrícola e concluiu que os custos de transporte influenciavam nos lucros dos produtores, ou seja, “quanto mais próximo do mercado, maior seria a lucratividade do produtor” (SPÍNOLA, 2003, p. 30).

Apesar de Thunen ter sido o pioneiro nos estudos relacionados às questões locacionais, pouco se aplica deste modelo no mundo contemporâneo devido às circunstâncias atuais. Entre outros aspectos, este modelo não leva em consideração a interdependência locacional das firmas e o que difere o enfoque entre as teorias da localização industrial da localização agrícola são questões que influenciam na decisão das firmas como: onde se localizar e o que produzir.

Outro importante fundador da teoria locacional foi Alfred Weber. Em 1909 Weber publicou seu estudo sobre a localização da indústria para entender a lógica espacial devido ao processo de industrialização da Alemanha. Seu modelo destaca fatores essenciais, gerais e especiais que influenciam a decisão locacional, ou seja, a decisão correta de localização das firmas implica em ganhos e redução de custos para essas firmas.

Segundo Spínola (2003), Weber destaca três fatores como essenciais para a localização de uma indústria: custo de transporte, custo da mão-de-obra e fator local que constitui as forças de aglomeração e desaglomeração. Aglomerar significa concentrar as indústrias em alguns pontos e desaglomerar significa dispersar as indústrias de certos pontos.

Os fatores gerais afetam todas as indústrias em menor ou maior escala e referem-se aos custos de transporte, custo da mão-de-obra e renda econômica. Os fatores especiais são particularidades de algumas indústrias como: matérias-primas perecíveis, umidade do ar, entre outros. Tais fatores influenciam na distribuição regional das indústrias considerando a atração que exercem nas atividades geradas pelo setor industrial e que interfere na localização de acordo com as forças de aglomeração e desaglomeração.

Semelhante ao estilo do modelo de Thunen, o modelo weberiano presume-se em um regime de concorrência perfeita, não considera a interdependência locacional das firmas e caracteriza-se por ser um modelo estático e de equilíbrio parcial (SPÍNOLA, 2003). Na teoria da localização de Weber os custos de transporte têm grande importância, pois influenciam na localização das indústrias. O ponto que apresentar menor custo com transporte obterá maior lucro, ou seja, pontos com maior custo de transportes apresentarão maior desaglomeração ou dispersão das indústrias.

Outro autor que contribuiu para os estudos da economia regional e estudos espaciais foi Walter Isard. Sua obra fundamenta-se na problemática da produção enfatizando o fator transporte. Segundo Hoover (2011, p. 37), “a redução nas taxas de transporte tende a: transformar padrões de produções dispersos em outros de crescente concentração; promover uma progressiva

diferenciação entre lugares com recursos superiores ou inferiores e entre rotas comerciais”. Contudo, o modelo desenvolvido por Isard destaca a importância da localização ótima de uma indústria para que os custos com transportes sejam minimizados.

Na visão de Kon (1999), o desenvolvimento e a indústria podem apresentar-se nos seguintes aspectos:

- a introdução de inovações tecnológicas pelas empresas depende aos objetivos próprios do desenvolvimento, recursos de que dispõem, natureza do mercado em que operam, conhecimento das opções tecnológicas disponíveis e situações político econômica do país em que são sediadas;
- uma combinação de capital privado e público e de uma oferta de mão-de-obra com qualificações específicas como condição para a criação de mudanças tecnológicas consideráveis em uma região. Essas mudanças podem ser consideradas como fatores propulsores do processo de desenvolvimento econômico regional. Os processos de industrialização, polarização e urbanização são fortemente interdependentes e as transformações econômicas e sociais de qualquer região estão vinculadas à situação do desenvolvimento industrial.

Kon (1999) destaca também a importância de dimensionar as questões relacionadas à macro e microlocalização. A primeira relaciona fatores econômicos como: a) acesso a insumos; b) mercados; c) custos de transportes; d) disponibilidade de mão-de-obra e fatores técnicos como condições climáticas, facilidades de acesso e intercomunicações regionais. A segunda está relacionada à infraestrutura para suporte da atividade industrial. Outros fatores que podem também influenciar na macrolocalização da indústria privada são as formas de isenções ou reduções de impostos locais e incentivos fiscais ou financeiros oferecidos pela região. Esses fatores pesam positivamente na escolha da localização das plantas industriais.

A questão da regionalização é de fundamental importância quanto a uma estruturação industrial, considerando que num país onde existem regiões pobres, medianas e ricas a importância locacional destacada por Sousa (2005) é muito importante no processo de industrialização. Alguns pontos importantes, quanto a um setor industrial que cresce e se desenvolve de maneira homogênea, são ressaltados por técnicos do BNB:

Supondo-se os fatos locacionais como forças de atração, a sua influência sobre a atividade industrial se exerce, na prática, de dois modos distintos: 1) no sentido de orientar as indústrias para aqueles planos geográficos em que variações nos custos de transportes ou nos custos de processo industrial sejam mais vantajosas para as empresas; 2) no sentido de aglomerar ou de dispersar a atividade industrial dentro do espaço geográfico (BNB/ ETENE, 1968, p. 10).

A suposição feita sobre os fatos locacionais como força de atração é importante para que as perdas sejam minimizadas dentro da distribuição industrial em regiões diferentes. Sendo assim, Richardson (1975) demonstra que:

Algumas regiões podem apresentar acesso aos insumos e aos mercados favoráveis somente em relação aos mercados internos, ao passo que outras, com pouco acesso a insumos e aos mercados internos, podem mostrar considerável crescimento como resultado de terem uma posição modal em relação à fonte e mercados internos. Embora as regiões variem muito no que se refere ao potencial de desenvolvimento, o acesso favorável aos mercados externos pode ser um pré-requisito da prosperidade regional (RICHARDSON, 1975, p. 335-336).

Não se pode deixar de lado a importância dos transportes de cargas, pois considera-se que as disponibilidades de recursos, de insumos e até mesmo de mercado consumidor, é que dinamizam o desenvolvimento de uma economia industrial (SOUSA, 2005). Contudo, as firmas se localizam de forma a minimizar custos e maximizar oportunidades e lucros, e esses custos e oportunidades envolvem economias de escala, custos de transportes e custos de mão-de-obra, entre outros custos.

1.2 Teorias Exógenas de Crescimento Econômico

Com o intuito de reduzir as diferenças regionais às análises sobre desenvolvimento e crescimento regional, as Teorias exógenas de crescimento econômico consolidaram-se como ramo específico do estudo da economia entre as décadas de 1940 e 1950 no pós-guerra, despertando interesse de acadêmicos, políticos e, influenciando nas decisões de planejadores das políticas regionais. “As primeiras experiências e estudos sobre a problemática regional foram iniciados pelo governo italiano e britânico” (LOPES, 2003, p. 37).

A Economia Regional, do ponto de vista econômico, segundo Dubey apud Ferreira (1989, p. 48) é definido como:

O estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, com ênfase particular na aplicação ao planejamento dos investimentos em capital social básico, para mitigar os problemas sociais criados por essas circunstâncias.

A definição de Dubey destaca que o fenômeno espacial deve ser analisado na economia regional como um processo que aponta “à alocação eficiente dos recursos com fins alternativos”. Contudo, Ferreira (1989, p. 49) comenta que esta definição é contestada por autores como Perloff, que acreditava na “impossibilidade de isolar a análise regional devido ao seu profundo caráter interdisciplinar” destacando o papel relevante da cooperação interdisciplinar no processo.

Vários autores, como Walter Stohr e Walter Isard, contribuíram para definir o conceito sobre região, afinal, o conceito de região é um elemento básico para a análise regional. Nenhum dos conceitos sobre região contemplam ao mesmo tempo, aspectos econômicos, científicos políticos e geógrafos, mas um dos conceitos sobre espaço econômico e região, mais bem ordenados foi desenvolvido pelos autores Perroux (1967) e Jacques Boudeville (1970), o qual visa o estudo das relações interdependentes em um sentido genérico e abstrato.

Para Perroux, existe uma diferença essencial entre os espaços, distinguindo-os entre espaços econômicos e geonômicos. Os espaços econômicos são definidos como espaços abstratos, formados pelos fenômenos econômicos, sociais, políticos e, institucionais (FERREIRA, 1989, p. 50).

O espaço geonômico é definido por relações Geonômicas entre pontos, linhas, superfícies, volumes. Os homens e os grupos de homens, as coisas e Os grupos de coisas, economicamente caracterizados por outro processo, têm aí o seu lugar; são suscetíveis de localizações geonômicas que resultam de causas e originam consequências econômicas (PERROUX, 1967, p.149)

De acordo com Ferreira (1989, p. 50), “Perroux classifica os espaços econômicos em três grupos: 1) espaço econômico definido por um plano ou programa de ação; 2) espaço econômico como um campo de forças; 3) espaço econômico como um agregado homogêneo”. O espaço econômico por um plano ou programa de ação possui o mesmo plano, visa o mesmo objetivo, depende da mesma coordenação e, de uma decisão central. O espaço econômico como um campo

de forças ou espaço polarizado é o espaço onde as atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas estão concentradas e relacionadas com outros pontos do espaço formando uma relação de domínio.

Boudeville recomenda ainda cautela na diferenciação entre espaços geográficos e econômicos, e diz ser indispensável analisar a característica geográfica, ou seja, “a localização bem definida da região dentro dos limites político-administrativos da nação” (FERREIRA, 1989, p. 52). Contudo, as inter-relações e interdependências sociais, econômicas, políticas, administrativas e institucionais entre as regiões resultam na divisão do espaço geográfico em regiões polarizadas, ou seja, focos de desenvolvimento formando um sistema de equilíbrio de forças. Perroux (1967), classifica as regiões em três tipos: 1) regiões homogêneas; 2) regiões polarizadas; 3) regiões de planejamento.

1.2.1 Teoria do Pólo de Crescimento e Desenvolvimento

As teorias da economia regional acrescentam novos conceitos e uma visão interdisciplinar para avaliar as desigualdades regionais de renda, riqueza e crescimento econômico. O conhecido conceito de “pólos de crescimento” e “pólos de desenvolvimento” definido por Perroux a partir da década de 1950 têm origem nas teorias clássicas da economia espacial.

Essas teorias de dominação e do desenvolvimento regional polarizado de Perroux estão atreladas às preocupações preliminares com a delimitação das regiões polarizadas. Contudo, “essas teorias introduzem os conceitos de pólos de crescimento e de desenvolvimento que são focos de desenvolvimento sócio-econômico e político-institucional inter-relacionados e localizados em alguns centros privilegiados de um espaço geográfico” (FERREIRA, 1989, p. 524).

Os focos de desenvolvimento ou pólos de desenvolvimento competem uns com os outros para manter a dominação, buscando sempre aumentar as áreas de influência, além de manter vínculos com essas áreas (política, social, econômica, institucional e cultural). A partir dos anos 1950 surgiu o conceito elaborado por Perroux de indústria motriz, uma indústria dinâmica e localizada em uma cidade. Essa indústria cria transformações intensas na sua área de influência. “Dessa forma, o pólo de crescimento tem como base uma grande unidade de produção, ou um

conjunto de indústrias motrizes localizadas em um centro definidos como lugares centrais” (FERREIRA, 1989, p. 525).

Segundo Spinola (2003, p. 38) “o conceito de pólo, elaborado por Perroux, considera um espaço econômico abstrato como um campo de forças concebidas por centros de inovação”, que funciona da seguinte forma: surge de certos pontos forças centrífugas (repulsão) e ao mesmo tempo forças centrípedas (atração) que são atraídas pelos centros, esses centros do campo de forças são denominados por Perroux pólos de crescimento. Neles é que se gera o crescimento e conseqüentemente esse crescimento é expandido para a economia.

Perroux (1977, p. 147), afirma ainda que os efeitos do crescimento não se propagam igualmente por todos os setores, quando descreve: “O crescimento não ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo, manifestando-se em pontos específicos ou pólos de crescimento, irradiando por diversos canais com efeitos finais variáveis para a economia como um todo”. O conceito de pólo de crescimento representa o processo de surgimento das atividades econômicas, expansão, estagnação e desaparecimento dessas atividades e ainda contribui para explicar e entender a dinâmica de um crescimento econômico.

Para os autores sucessores de Perroux, como Boudeville, Paelink, Friedman, entre outros estudiosos, o pólo de crescimento tende a se tornar uma aglomeração urbano-industrial dinâmica de forma gradativa e atuar como um lugar central principalmente com as atividades relacionadas ao setor terciário (governo, prestação de serviços de educação, saúde, comunicação, centro de decisões empresariais, entre outras).

Ferreira (1989, p. 552) define os pólos de atração como:

Centros onde se desenvolvem as atividades de natureza econômica, política e social e onde são tomadas as decisões que geram fluxos de mercadorias, de comunicação etc., que criam relações de dependência entre elas e as cidades-satélites de escalões inferiores, que caem dentro de suas áreas de influência.

Essas relações de dependência podem causar sobre o pólo de atração repercussões diretas e indiretas nos centros dependentes a depender da intensidade da relação de dependência, afetando a posição do pólo no sistema a qual pertence. Os centros que apresentam as maiores taxas de desenvolvimento econômico e social são os centros de maior interesse. Esses pólos são chamados pólos atuais de desenvolvimento econômico para diferenciar dos outros pólos de atração, enquanto que os pólos de atração são centros mais importantes.

De acordo Spínola (2003, p. 39), quando a expressão “pólo de crescimento” é transformada em “pólo de desenvolvimento” o conceito se torna confuso. Lasuén (*apud* Spínola, 2003, p. 39) define a teoria do crescimento, como a teoria que “nasce da necessidade de entender e controlar os ciclos econômicos”, “reparar a máquina”, enquanto que a teoria do desenvolvimento “surge como uma necessidade de entender e modificar o estacionamento secular e suas sequelas”, “nova máquina”, ou seja, uma nova estrutura econômica.

Frente ao exposto, fica evidente que são diversos os estudos sobre as teorias de crescimento econômico, as quais, ao longo do tempo, vêm mostrando significativos subsídios para que sejam verificadas as causas desse fenômeno, ou seja, as influências que os fatores exercem sobre o crescimento da economia, e sobre esses fatores, os que mais são destacados são a infra-estrutura social e as inovações.

1.2.2 Teoria da Causação Circular Cumulativa

Na concepção de Perroux (1967) *apud* Spínola (2003, p.39) “o pólo designa, de forma abstrata, uma concentração de geradores de crescimento. Na concepção de Myrdal e Hirschman (1960), polarização “designa o processo através do qual o mais forte de dois extremos (ou pólos) em oposições tende a atrair os elementos que se situam no espaço intermediário concreto que os separa, aumentando o hiato entre eles”.

Com essa concepção, Myrdal e Hirschman (1960) se opõem no âmbito da teoria do desenvolvimento tendendo para a “causação circular cumulativa”. São as diferenças entre essas duas concepções acima que causam conflito no entendimento da passagem de noção de pólo para a “teoria dos pólos”. Na verdade não há um consenso entre os estudiosos para o entendimento desse conflito, mas, segundo Spínola (2003, p. 40), “o pólo de desenvolvimento poderia ser representado pela forma sugerida por Lasuén (1976)”:

Um pólo de desenvolvimento consistiria em um grupo importante de indústrias fortemente relacionadas através de suas ligações de *input-output*, a partir de uma indústria principal, e agrupadas geograficamente. A indústria principal inova e, a partir de sua indução, todo o grupo inova e cresce em um ritmo mais rápido que as indústrias estranhas ao pólo (SPINOLA, 2003, p.40)

Contudo, mesmo com a presença de uma “indústria principal” dinâmica e a existência de *linkages*, não certificam os efeitos na irradiação características de um pólo e nem garantem a fixação desses efeitos no espaço geográfico em que o pólo está localizado.

Gunnar Myrdal (1960) foi um dos autores que formulou a Teoria da Causação Circular Cumulativa. O autor demonstra as desigualdades econômicas existentes entre países classificados como países “desenvolvidos”, a exemplo de países da Europa Ocidental, e países “subdesenvolvidos” como países da África e América Latina. Myrdal destaca que existem desigualdades dentro dos próprios países, sendo que em países desenvolvidos existem regiões estagnadas e em países subdesenvolvidos existem regiões desenvolvidas economicamente.

Segundo Lima e Simões (2009, p. 12) para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, Myrdal recorre à noção de ciclo vicioso, onde um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito dos demais fatores negativos. “O processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e o mesmo, se não regulado, tende a aumentar as disparidades entre as regiões”.

A Teoria da Causação Circular Cumulativa tem como objetivo analisar as inter-relações causais de um sistema social, enquanto o mesmo se movimenta sobre a influência de questões exógenas. O processo de causação circular explica uma série de relações sociais. Um exemplo dado por Myrdal (1960) apud Lima; Simões (2009, p. 13) é a “perda de uma indústria em determinada região, que tem como efeitos imediatos: o desemprego; a diminuição da renda e da demanda locais e conseqüentemente uma queda da renda e da demanda nas outras atividades da região”. Esse processo configura um processo de causação circular cumulativa em um ciclo vicioso.

Neste caso, são necessárias mudanças exógenas nesta localidade, evitando que a mesma fique menos atrativa. Caso não ocorram tais mudanças nessas localidades, os fatores de produção, capital e trabalho, migrarão em busca de novas oportunidades, minimizando a renda e a demanda locacional. Sobre a concentração espacial das atividades econômicas, Myrdal possui uma posição contrária e negativa sobre essa concepção. Segundo o autor, as forças de mercado devem ser controladas por uma política intervencionista, caso contrário a produção industrial e as atividades econômicas tendem a se concentrar em pontos específicos das localidades, deixando o resto do país estagnado.

Uma indústria “chave” localizada de forma exógena em uma região economicamente atrasada, por sua dimensão e capacidade tecnológica, gerará, segundo o autor, um conjunto de efeitos de polarização. Desta forma, a estratégia de desenvolvimento deveria focar no investimento em um setor específico, que seria o pólo de crescimento, para impulsionar o desenvolvimento. A ideia é estimular centros urbanos através de políticas, de modo que estes se tornem polos de crescimento (ANDRADE, 1987).

1.2.3 Movimento de endogenização do desenvolvimento econômico regional

Sobre desenvolvimento endógeno, deve-se entender tratar-se de um processo de crescimento econômico capaz de implicar de forma contínua em uma ampliação da capacidade de agregação de valor sobre o processo produtivo e sobre a capacidade de absorção de cada região. Deve-se salientar que como fruto desse processo há elevação do número de emprego, da produção e conseqüentemente da renda do local.

Segundo Perroux (1967), desde o início do século XX que as teorias de desenvolvimento regional veem sofrendo transformações graças não apenas pela crise e declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais, mas, sobretudo por diversas regiões adotarem novos paradigmas industriais. O autor explica que tal fenômeno associa-se diretamente às mudanças radicais não somente nos moldes e nos modos de produção e de organização industrial, mas, também à globalização e à abertura das economias nacionais.

O que se tem notado, segundo Malinvaud (1993), é que desde o final da década de 1980 é que do mesmo modo que se procede um movimento de extroversão por parte das empresas e dos países, as regiões no interior de cada país vêm revelando um movimento de endogeneização, no que diz respeito as decisões relativas ao seu futuro quanto a utilização dos meios e recursos usados no processo econômico. Mostrando que a organização territorial a muito deixa de desenvolver um papel passivo passando a exercer um papel ativo frente à organização industrial.

1.2.3.1 Teoria do Crescimento Endógeno

Nos anos 1980, é observada uma nova forma de análise regional, sobretudo onde as pequenas empresas locais apareciam como fator principal do bom desempenho regional. Entre os autores que abordam a questão do crescimento e desenvolvimento endógeno, Amaral Filho e

Sérgio Boisier deram uma grande contribuição sobre o conceito de desenvolvimento regional. Para Amaral Filho (1996, p. 44), o desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como “um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região”, podendo ser definido como:

Um processo interno de ampliação continua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

O modelo de endogeneização citado por Amaral Filho (1996) significa que a região deverá desenvolver plenamente as potencialidades e habilidades humanas da sociedade local para ampliar o emprego, produto e renda da população. O paradigma “baixo-centro” é utilizado para representar este modelo, ao contrário do paradigma “centro-abaixo” que é associado ao conceito de industrialização como processo impulsionador do crescimento econômico.

Em sua obra, Boisier (1989, p. 646) diferencia os processos de crescimento econômico e desenvolvimento para uma região. Segundo o autor, “o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento” enquanto que “o desenvolvimento é um fenômeno qualitativo que implica uma internalização do excedente gerado pelo o próprio crescimento”. Além disso, o desenvolvimento provoca níveis crescentes de inclusão social e inclui também uma posição com relação à preservação do meio-ambiente.

Desse modo, Boisier (1989), enfatiza a importância do apoio do setor público para criar mecanismos e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento da região, além do apoio das universidades e empresas de consultoria locais. Para a região garantir a sustentação de seu desenvolvimento a longo prazo, Boisier explica que o excedente econômico gerado em um processo de crescimento regional retido e reinvestido dependerá das oportunidades de crescimento que a própria região oferecerá tanto do setor público ou do setor privado (BOISIER, 1989, p. 658).

No caso das empresas multinacionais e nacionais, o reinvestimento dependerá dos fatores iniciais que levaram a empresa a tomar a decisão de se instalar na região, fatores relacionados à localização estratégica da empresa como: mão-de-obra, incentivos fiscais, escoamento da

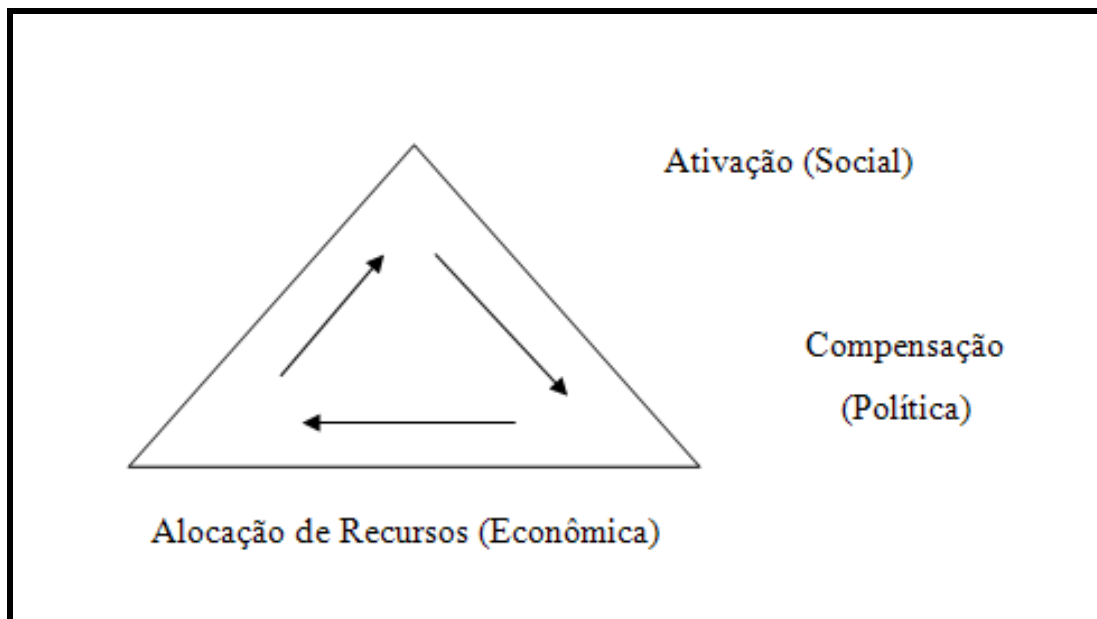
produção e disponibilidade de matérias-primas, além da análise e previsões de mercado. Além dos tradicionais fatores de produção, como capital físico e força de trabalho antes considerados de ordem exógenos ao crescimento os fatores capital humano, as instituições, o conhecimento, a informação, e investimentos em pesquisa e desenvolvimento também são considerados fatores endógenos.

Esses fatores de produção influenciam os rendimentos crescentes. Segundo Amaral Filho (1995, p. 331), o reconhecimento desses fatores produtivos como constituídos fatores endógenos foi suficiente para haver um consenso entre os economistas sobre o caráter endógeno desses novos fatores de produção. Sendo assim, Amaral Filho (1995, p. 331) comenta que “um país, região ou local, melhor munido desses fatores pode aumentar, com maior facilidade, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda”. Essa tese consiste na contribuição da Teoria do Crescimento Endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional.

Segundo Boisier (1989, p. 669), outra condição necessária para transformar um processo de crescimento em desenvolvimento a longo prazo é a interação de três processos determinantes do desenvolvimento regional e representado pela figura abaixo:

- Ativação (Social): completamente endógena e está associada: ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida) e à preservação do meio ambiente.
- Compensação (Política): está relacionada aos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, isto é, depende da ação do governo central, que pode afetar positiva ou negativamente a região;
- Alocação de Recursos (Econômica): o desenvolvimento está associado à disponibilidade de recursos. Depende da participação regional no uso dos recursos nacionais e estaduais;

Figura 1: Processos Determinantes do Desenvolvimento Regional



Fonte: Boisier (1989)

O triângulo representa respectivamente os três processos básicos e importantes para o desenvolvimento regional, de modo que o processo da ativação (social) está localizado no vértice superior do triângulo, pois uma maior ativação social proporcionará um processo de negociação política (compensação) e conseqüentemente uma viabilização econômica para a alocação dos recursos regionais.

Ainda segundo Boisier (1989), o processo de crescimento econômico regional pode ser considerado como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região e dependem principalmente, mas não exclusivamente, do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa, enquanto que o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e de natureza essencialmente endógena.

Para se pensar em desenvolvimento regional, é necessário se pensar na participação da sociedade local, no planejamento da ocupação de espaço e, na distribuição dos frutos do processo de crescimento (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

De acordo com Clemente (1994), o processo de crescimento de uma região tem que atender a demanda externa, ou seja, a região deve ter o produto demandado disponível e colocá-lo

no mercado a preços competitivos. Esses preços dependerão dos custos de produção: a) custo de transferência, ou seja, os custos incorridos para trazer os insumos necessários até o local de produção e os custos de levar o produto até o consumidor; b) custo de processamento, ligado à fabricação do produto e que depende do estágio de desenvolvimento da região.

A teoria de crescimento regional, segundo Clemente e Higachi (2000, p. 135) “explica o processo de crescimento baseado na exportação de um produto de elevada cotação no comércio inter-regional ou internacional”. Os autores destacam a importância desse comércio para a renda regional: “no início do processo advém totalmente do comércio, e a formação de uma dinâmica interna à região faz-se com base na endogenização do comércio que atende a demanda regional de bens e serviços” (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 136).

Segundo Amaral Filho (1996), o novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno é dividido em três conceitos estratégicos.

- Distrito Industrial: capacidade de inovar combinados à capacidade de satisfazer rapidamente a demanda, buscando-se numa força de trabalho e em redes de produção flexíveis é característica do distrito industrial atrelado a uma relação entre as diferentes esferas: social, política e econômica.
- Ambiente Inovador: esta estratégia surgiu pela necessidade de fornecer elementos para contribuir com os distritos industriais, colaborando para que outras regiões desenvolvam seus próprios projetos de maneira sólida.
- Cluster: Incorpora vários aspectos das demais estratégias e não fica restrito às pequenas e médias empresas. A ideia central é formar uma indústria chave, numa determinada região e transformá-las em líderes do seu mercado. Se existem retornos crescentes de escala, uma indústria pode produzir mais eficientemente caso se concentre numa determinada região.

Diante do debate apresentado verifica-se a possibilidade de se promover um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, alcançado pela refutação do indeterminismo

do processo de desenvolvimento regional o qual pode ser visualizado por meio das antecipações e das atitudes dos protagonistas locais.

CAPÍTULO 2 A INDÚSTRIA CALÇADISTA

2.1 A Dinâmica Produtiva da Indústria Calçadista

A dinâmica produtiva da indústria calçadista é caracterizada “por constituir um processo de trabalho de natureza intensiva em mão-de-obra, com tecnologia de produção que guarda ainda acentuado conteúdo artesanal²” (DIAS, 2013, p. 37). Este fato justifica o seu alto potencial empregatício fazendo com que as indústrias de calçados desempenhem relevante papel na incorporação de mão-de-obra, até mesmo a não-especializada. Outra relevante característica do setor calçadista é a presença adjunta de indústrias correlatas, as quais servem como base de apoio. São, na maioria, fornecedores de máquinas, equipamentos, insumos e até componentes para calçados, não esquecendo também dos agentes informais que prestam serviços especializados de suporte às empresas³ (SCHMITZ, 1997). Sobre este assunto cabe mencionar que, muito embora determinadas empresas critiquem a informalidade, existe, de modo geral, uma atinente aceitação na medida em que ela colabora para a diminuição não somente dos custos do setor formal, mas também o prazo de entrega dos pedidos.

O médio grau de escolaridade reflete o fato de que esta atividade, intensiva em mão-de-obra, requer um tipo de conhecimento diferente daquele encontrado nas empresas mais intensivas de capital. O aprendizado no arranjo ocorre através de processos informais de transmissão de conhecimentos tácitos e práticas no processo de produção (learning- by- doing). As habilidades são transferidas quase que naturalmente, já que as capacitações são formadas no próprio local de trabalho (DIAS, 2013, p. 41).

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 2013), a sazonalidade do emprego seria uma característica terrível desse setor, já que, grande parte das empresas, contratam mais, nos períodos em que aumentam as vendas, e conseqüentemente a produção de forma considerável. A disponibilidade de mão-de-obra qualificada com custos mais baixos seriam as principais vantagens em relação à localização dessas empresas.

² Principalmente nas fases de costura e montagem, onde se concentra cerca de 80% da mão de-obra.

³ Tais agentes desenvolvem atividades como de facção de corte, montagem, acabamento, bordados, manutenção de máquinas e equipamentos, representação comercial e desenho de moldes.

Em suma, há diversas instituições que acabam por promover o desenvolvimento da indústria calçadista. Entre eles destaca-se a figura do Estado e as já mencionadas empresas localizadas em torno das fábricas, as quais se esforçam no fomento das atividades do setor.

Há que se mencionar também que a cadeia coureiro-calçadista (CCC) é constituída por quatro segmentos principais, quais sejam: as indústrias de calçados, sejam eles de couros ou de materiais sintéticos; as indústrias de artefatos de couro, como bolsas, pastas, carteiras, entre outros e as indústrias de curtume e de componentes para couros e calçados. Além desses, existem outros três segmentos: a indústria de máquinas para o complexo, os frigoríficos e o setor pecuarista.

A indústria de calçados brasileira desempenha importante papel no que diz respeito à produção mundial, ocupando nos dias atuais o terceiro lugar no ranking dos países produtores, atingindo 1.245 milhões de pares em 2011, ficando atrás somente da China e da Índia em termos de quantitativo produzido. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS, 2013), estima-se que a produção mundial de calçados para 2013 supere o patamar de 4 bilhões de pares.

Segundo Souza, Paula e Fuck (2012, p. 94), hodiernamente, o mercado brasileiro de calçados passa por um período “de retração das exportações e de ampliação das importações. Em 2011, as vendas externas foram de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão, ao passo que as importações alcançaram 428 milhões”. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) demonstram que no ano de 2012 as vendas externas tiveram uma queda de cerca de 16% em relação ao ano de 2011. Alvarenga (2013) comenta que tal queda se deu em razão da retração dos principais mercados compradores e de fatores macroeconômicos.

Em 2011, as exportações brasileiras haviam recuado, em valores, 13% em relação a 2010, ao passo que as importações cresceram 40%. Para Souza, Paula e Fuck (2012) tal fenômeno se deu em decorrência das vendas efetivadas por países como Vietnã, Indonésia, China e Malásia, os quais têm suas indústrias caracterizadas por baixos custos, elevada escala e desvalorização cambial.

Nesse cenário, torna-se relevante destacar também determinadas práticas, que acabam por acentuar essa problemática, quais sejam: a pirataria e o *dumping* social que tem levado as indústrias brasileiras a redefinirem suas bases, de modo a gerarem maiores vantagens competitivas, que não as já tradicionais como baixos salários, mão-de-obra e recursos naturais.

Segundo Coutinho (1994, *apud* MAIA, 2001, p. 30) competitividade “é a capacidade da empresa em formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar e conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável do mercado”. Vários são os fatores que estão ligados diretamente às formas de competitividade e concorrência. Coutinho (1994, *apud* MAIA, 2001, p. 30) aponta os seguintes fatores:

- ✓ A natureza dos processos de esforços de venda (política de marketing, prazo de entrega, habilidade de servir ao mercado);
- ✓ Capacitação produtiva (envolvem as fontes e os estoques de matérias primas, os fornecedores e os mercados);
- ✓ Recrutamento e treinamento da mão-de-obra;
- ✓ Gestão da produção e da qualidade;
- ✓ Engenharia financeira
- ✓ Inovação e à difusão de novas técnicas (como a automação à base da microeletrônica, sistemas *just in time*).

Outro fator importante para a dinâmica competitiva é a concessão de incentivos fiscais e creditícios. Percebe-se a importância que esses fatores desempenham para o sucesso das empresas de modo que também são responsáveis pela geração das vantagens competitivas. De acordo com Andrade e Corrêa (2001, p. 97), os países que mais investem na produção seguem essas tendências. A demanda por esses recursos torna-se um fator decisivo para os investimentos na modernização tecnológica das empresas (BNB, 1997, p. 44).

Cada mercado, a depender do tipo e da região, expõe características peculiares de concorrência para os modelos de competitividade de cada indústria, como: preço; qualidade; habilidade de servir ao mercado; esforço de vendas; diferenciação de produto; fusões, incorporações e aquisições (MAIA, 2001).

De modo geral, para planejar as estratégias de ação competitiva, as indústrias devem considerar as análises sobre a competitividade e os aspectos relevantes para o êxito competitivo, como: aspectos internos à indústria (empresariais), as condições econômicas do setor produtivo (sistêmicos) e o padrão de concorrência vigente (estruturais).

Dando prosseguimento às questões relacionadas à estrutura internacional do setor calçadista, faz-se necessário comentar que o processo de globalização foi importante para a participação de vários países no comércio internacional de calçados. As grandes indústrias que compram os calçados e que distribuem para os mercados consumidores de maior expressão,

especificamente Estados Unidos e Europa, aproveitam os benefícios da organização global (ABICALÇADOS, 2007; ABDI, 2008).

Mendes (1997, p.44) afirma que “com a globalização se intensifica o uso de novas tecnologias e a atividade industrial tem sido o palco de um processo de mudanças estruturais e organizacionais”.

O setor calçadista segue o processo de globalização desde a II Guerra Mundial com os acordos bi e multilaterais que estimularam o comércio internacional. A indústria brasileira de calçados mostra a importância da organização na cadeia global produtiva. Desta forma, a produção de couros, calçados e artefatos de couro tomou uma proporção surpreendente com o compartilhamento das atividades das indústrias para diversos países (ALBAGLI; BRITO, 2002).

Esses países alocam os processos de manufatura para os países que possuem um menor custo de produção (custos com mão-de-obra). Uma parte do calçado é confeccionada em países que apresentam custos baixos associados à qualidade e prazo de entrega. A montagem e finalização do produto são concretizadas em países que possuem alto nível tecnológico.

Historicamente, a produção mundial de calçados obteve um crescimento significativo com taxas consideravelmente altas. Na década de 1990, a Ásia se destacou pelo crescimento e como maior produtor de calçados. Nesse período, o crescimento é influenciado, sobretudo, pela China, principal produtor e exportador da indústria mundial calçadista (ABDI, 2008).

A partir da análise da Tabela 1, pode-se verificar que a China, Índia e Brasil, encontram-se entre os países com produção maior que o consumo interno, fato que, segundo Guidolin, Costa e Rocha (2007), indica uma propensão às exportações. O autor ainda adverte que a China, Índia e Brasil, em conjunto com Indonésia, Portugal, Tailândia e Eslováquia, são países voltados para a produção de calçados encontrando-se abaixo dos 20 maiores importadores, uma vez que sua produção é capaz de atender seus mercados de forma competitiva em preços para sustentar as exportações.

A tabela também destaca Hong Kong, como o segundo país que se destacou em importação, perdendo para os EUA. Segundo Guidolin, Costa, Rocha (2007), esses dois países importavam e ainda importam calçados da China, Índia e da Itália. Já a Indonésia e a Eslováquia, quando importam, preferem os calçados produzidos no Brasil.

TABELA 1. Números do mercado mundial (em milhões de pares em 2007)

PRODUTORES		EXPORTADORES		CONSUMIDORES		IMPORTADORES	
País	Em milhões de pares	País	Em milhões de pares	País	Em milhões de pares	País	Em milhões de pares
China	10.209,0	China	8.175,0	EUA	2.393,0	EUA	2.362,3
Índia	980,0	Itália	245,3	China	2.080,1	Hong Kong	145,0
Brasil	796,3	Indonésia	229,0	Índia	895,5	Indonésia	55,0
Indonésia	565,0	Brasil	177,0	Hong Kong	40,2	China	46,1
Vietnã	665	Hong Kong	105,5	Brasil	648,0	Brasil	28,7

Fonte adaptada: ABICALÇADOS (2009)

Bruck (2008) destaca que os fabricantes chineses possuem, enquanto vantagem competitiva, os baixos custos de mão de obra e o aproveitamento de economias de escala, uma vez que eles possuem elevados índices de produção. Guidolin, Costa, Rocha (2007), enfatizam que grande parte da produção calçadista da China se dá em regime de subcontratação⁴. Os autores também informam que o referido país, nos últimos anos, vem efetuando elevados investimentos capazes de garantir a elevação cada vez mais significativa de produção.

⁴ Sobre esse fenômeno, percebe-se que nos últimos anos as teorias de desenvolvimento regional passaram por consideráveis mudanças ocasionadas, de um lado, pela crise e declínio de diversas regiões por tradição industriais e, de outro, pela indigência de regiões com inovados paradigmas industriais.

Esse fato associa-se às alterações radicais nas formas e nos moldes produtivos e organização industriais assim como também à globalização e à abertura das economias nacionais. Ao primeiro fenômeno considera-se os aspectos da flexibilização e da descentralização, dentro e fora das organizações, provocando choques relevantes em termos de reorganização funcional do espaço. Já o segundo fenômeno, tem gerado interferências significativas sobre os custos e preços atinentes das empresas, que têm considerado cada vez os fatores locais, quando o assunto é estratégia competitiva.

O que se verifica desde os últimos anos da década de 1980 é que ao mesmo tempo em que há o movimento de extroversão por parte das empresas (com as subcontratações, as alianças e as fusões), e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial) as regiões no interior dos países vêm apresentando um movimento de endogeneização, tanto no que se refere as decisões relativas ao seu destino quanto da utilização dos meios e recursos usados no processo econômico. O que ratifica o que já fora mencionado anteriormente quanto a relevância ofertada à organização territorial que deixa de assumir um papel passivo para ter uma função ativa diante da organização industrial.

Uma das vantagens competitivas que a indústria chinesa e asiática apresenta em relação às indústrias italiana e brasileira é a capacidade de atender grandes volumes de pedidos a custos baixos (SANDRONI, 2004). Desta forma, a expansão dessas indústrias relaciona-se com as economias de escala. Baseadas em estratégia de vantagem competitiva, as indústrias têm buscado cada vez mais investir e inovar na diferenciação do produto no quesito desenvolvimento e *design*. Desta forma, buscam agregar atributos aos produtos, estimando o *design*, a qualidade e a sofisticação.

Os atributos agregados ao produto acontecem em duas esferas: a esfera produtiva e a esfera comercial. Na esfera produtiva, as indústrias procuram: a) racionalizar os processos de produção; b) utilizar equipamentos mais modernos (especialmente na etapa do corte); c) adotar novas formas de organização produtiva e utilizar cada vez mais a subcontratação. Na esfera comercial, procuram: a) o fortalecimento de suas marcas, com investimento e gastos em publicidade; b) consolidação de canais de comercialização e distribuição dos produtos. A estratégia de diferenciação do produto é o principal fator competitivo do mercado italiano, reconhecidos mundialmente pelo *design* e sofisticação.

Tais atributos se destacam pela cooperação entre empresas as quais se comunicam por possuírem características semelhantes, fazendo-as conquistar não apenas maior flexibilidade, mas também, maior eficiência na satisfação de uma oportunidade temporária.

Verifica-se que a produção flexível trata-se de uma realidade atual no dia-a-dia da organização espacial da produção, contudo, não extingue a atuação/coexistência da produção fordista, atualmente fundamentada em novos moldes. Pinheiro (1993, p.16) acrescenta que “apesar da produção “flexível” ser uma realidade em ascensão, isto não implica o fim da produção fordista em vários setores de atividades industriais”.

Em outras palavras o chamado cluster industrial, o qual é um dos aspectos estruturais de maior relevância já que a proximidade física contribui para a eficiência geral do setor. Siqueira (2001, p.154) define cluster como:

[...] uma massa crítica -em algum local- com uma competitividade de sucessos em algum campo específico. (...) os clusters são concentrações geográficas de companhias e instituições interconectadas em um campo particular. Os clusters abrangem um arranjo de ligações industriais e outras entidades importantes para a competição. Eles incluem, por exemplo, ofertantes de insumos especializados tal como componentes, maquinários, serviços, e providência a infra-estrutura especializada. Os clusters são extensões “para trás” e “para frente”, até o cliente,

na cadeia produtiva e lateralmente para manufaturas de produtos complementares e para companhias em indústrias relacionadas por habilidades, tecnologias, ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem a participação de governos e instituições- tal como universidade, agências, centros de treinamento, associações de comércio- que providenciam treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico.

Os clusters surgiram mediante experiência europeia, de modo especial na Itália. Galvão (2000, p.7) destaca que diversas “empresas tiveram seus respectivos sucessos, independente de setores e países de atuação, em virtude de estarem organizadas na forma de clusters”.

Altenburg e Meyer-Stamer (1999, p. 1694) comentam que cluster se trata de uma “aglomeração de tamanho considerável de firmas numa área espacialmente delimitada com claro perfil de especialização e que matem relações de cooperação resultando na eficiência coletiva em virtude de ações conjuntas”. Para os autores, o distrito industrial é um tipo específico de cluster.

Como já citado, a capacidade de servir ao mercado e cumprir os prazos de entrega para um grande volume de pedidos a custos baixos também é um fator competitivo relevante. As economias de escala, segundo Sandroni (2004, p. 193) representam “a redução de custos unitários decorrente de um aumento no volume de produção”.

Verifica-se, portanto, que o setor calçadista vem investindo e incorporando tecnologia no processo de produção. Com o processo de reestruturação, no que se refere à produção e organização do trabalho, para minimizar as perdas e obter ganhos de produtividade, as empresas buscam a automatização para o desempenho das tarefas do processo produtivo. Para desempenhar as atividades com maior agilidade, foram incorporados à produção equipamentos eletrônicos do denominados CAD⁵/CAM⁶. Esses equipamentos são utilizados em diversos setores, e quando usados especificamente na etapa do corte da matéria-prima, é possível atenuar as perdas e elevar os ganhos. A matéria-prima utilizada no processo produtivo e a articulação com a indústria química para o desenvolvimento de matérias plásticas foi uma maneira de criar e adotar novos materiais para o processo de manufatura.

Além dos investimentos em tecnologia, os produtores mundiais de calçados vêm investindo também em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para alcançar consumidores com um novo perfil. A preocupação com o conforto e bem-estar permite pesquisas avançadas no setor para seguir a tendência do mundo globalizado. Os novos consumidores de calçados buscam cada

⁵ Computer Aided Desing - Projeto Assistido por Computador

⁶ Computer Aided Manufacturing - Fabricação Assistida por Computador

vez mais o conforto associado à qualidade e *design*. Nas pesquisas sobre os calçados, o fator conforto foi estabelecido como uma das variáveis mais importantes.

No Brasil, ao longo das últimas três décadas, houve um fortalecimento e crescimento do setor calçadista associado ao processo de globalização. Nos anos 1990, com a reestruturação internacional do setor decorrente de um novo ambiente competitivo, aconteceram mudanças que afetaram o país. Tais mudanças se referem aos aspectos da sobrevalorização cambial, a abertura do mercado e a promulgação da Constituição de 1988 (concessão de incentivos fiscais). Além desses aspectos, no decorrer deste capítulo serão abordados os aspectos relevantes ao comportamento produtivo do setor no Brasil, bem como a estrutura setorial, inserção internacional e a cadeia produtiva.

Segundo Guidolin, Costa e Rocha (2007, p. 164), entre os estados produtores e exportadores de calçados no Brasil, o estado do Rio Grande do Sul é o que mais se destaca, tanto em número de pares quanto em valor exportado. Entretanto, no que diz respeito à produção por região, “o Nordeste figura como o principal produtor nacional, sendo responsável por 44% do total produzido em 2007, ao passo que a produção do Sudeste correspondeu a 34% do total”.

O Brasil tem mantido a posição em âmbito mundial de terceiro maior produtor de calçados. A Tabela 2 apresenta o número de estabelecimentos produtores e número de empregados, apontando a porcentagem representativa de emprego por estado.

TABELA 2. Principais Estados Brasileiros Produtores de Calçados (1999-2006)

Estados	Empresas	Emprego	Média de trabalhadores por empresa
Rio Grande do Sul	3.285	106.225	32,3
São Paulo	2.912	47.732	16,4
Ceará	287	49.561	7,3
Minas Gerais	1.572	24.654	15,7
Bahia	132	31.408	237,9
Paraíba	114	12.077	105,9
Santa Catarina	339	7.143	21,1

Fonte adaptada: ABICALÇADOS (2009)

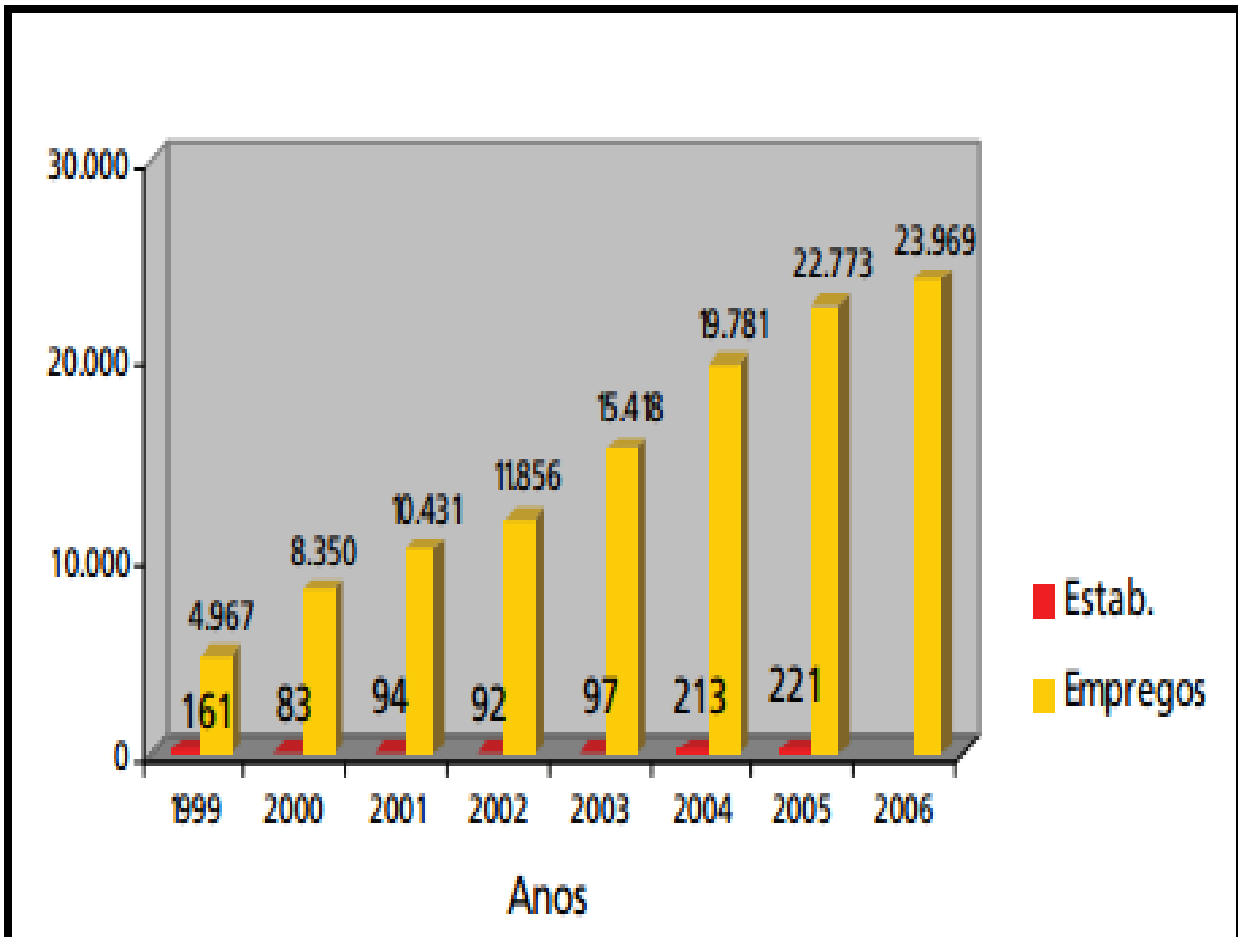
O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de estabelecimentos, também o que emprega o maior número de pessoas. Entretanto, quantitativamente, a Bahia apresenta a maior porcentagem em emprego (analisando-se o número de empresas e o volume empregatício, estatisticamente a Bahia emprega mais, pois com apenas 132 empresas ele emprega cerca de 30% a mais que o RS). Segundo autores como Bruck (2008) e Guidolin, Costa e Rocha (2007), isto se deve aos custos da mão-de-obra. Antes disso, a produção de calçados no estado era totalmente artesanal, gerida por empresas familiares, concentradas especialmente em Salvador. Tais organizações geravam poucos empregos e poucos eram seus efeitos na economia local (BAHIA, 2013).

Além do fator mão-de-obra, outros dois fatores de atração contribuíram para o volume de empregos na Bahia neste período (1999-2006) como destaca Spínola:

Somam-se aos incentivos três fatores de atração: proximidade aos emergentes centros de consumo após o Plano Real, disponibilidade de mão-de-obra barata e pressões sindicais mais fracas que nos principais centros produtores do país (SPÍNOLA, 2008, p. 166).

A partir desse período, começa a haver uma estabilidade no número de estabelecimentos e de empregados formais conforme se pode verificar por meio da figura 2.

**Figura 2: Evolução dos Números de Estabelecimentos e de Empregos Formais
Bahia – 1999 – 2006**



Fonte: Spínola (2008, p. 167)

Comentam Guidolin Costa e Rocha (2007, p. 168), que em todo o país naquele período, existiam apenas 34 estabelecimentos de grande porte, os quais respondem por “30% do emprego da indústria e pela maior parte do volume de produção de calçados (58%)”. Grande parte das empresas de calçados no Brasil é de micro e pequenas empresas, responsáveis pelo emprego de 70% da mão-de-obra da indústria.

Um ponto importante que deve ser considerado também reside na mudança na geografia global da produção de calçados, a qual está relacionada diretamente às diferenças de custo do fator trabalho. Para Guidolin, Costa e Rocha (2007), a possibilidade de fragmentar o processo

produtivo em diferentes fases contribui viabilizando seu deslocamento geográfico nos níveis nacional e internacional.

2.2 A indústria de calçados no Brasil

Segundo Guidolin, Costa e Rocha (2007, p. 164), “o Brasil consolidou-se como importante fornecedor de calçados para o mercado mundial na década de 1970, quando o produto adquiriu relevância na pauta de exportações nacional”. Muito embora tenha apresentado um desenvolvimento significativo, a indústria calçadista brasileira ainda carrega uma estrutura produtiva frágil, pois ao longo dos anos não acumulou fatores competitivos de relevância “como capacitação no desenvolvimento de produtos, criação de marcas e estabelecimento de canais próprios de comercialização e distribuição” (GUIDOLIN; COSTA; ROCHA, 2007, p. 164).

A produção de calçados é realizada em grande parte de forma artesanal. O uso intensivo de mão-de-obra é uma característica do setor, o que significa a participação e intervenção de grande número de trabalhadores no processo produtivo, por isso os custos com mão-de-obra são tão relevantes. Esses custos são um dos fatores que determinam que as empresas desloquem o processo produtivo para os países que apresentam baixo custo com o trabalho.

O custo com o trabalho, além de ser um dos fatores competitivos da indústria de calçados, é um fator que amplia a produção, principalmente nos países asiáticos como a China. Na década de 1990, no Brasil, as indústrias de grande porte também ampliaram a capacidade produtiva, investindo e transferindo novas plantas industriais para a Região Nordeste do país.

O setor de couro, calçados e artigos de couro no Brasil é composto por um número de empresas diferenciadas na estrutura e nos processos produtivos. Todo o processo inicia-se na atividade pecuária, sendo realizado da seguinte forma: o frigorífico fornece o couro salgado aos curtumes que podem processá-lo total (couros acabados) ou parcialmente (couros semiacabados ou *wet blue*); em seguida, os curtumes abastecem as indústrias (nacionais e mercado externo) de calçados e artigos de couro.

Para atender a demanda das indústrias, a cadeia produtiva depende dos segmentos de máquinas, equipamentos, indústria química e de componentes. Além de atender a demanda das

indústrias de calçados e de artefatos, o couro também é fornecido para as indústrias automotiva, moveleira e aeronáutica.

O couro é o principal insumo na fabricação de calçados. Sua cadeia produtiva acaba sendo representada por meio dos curtumes, os quais podem se classificar, segundo Spínola (2008, p. 155) em:

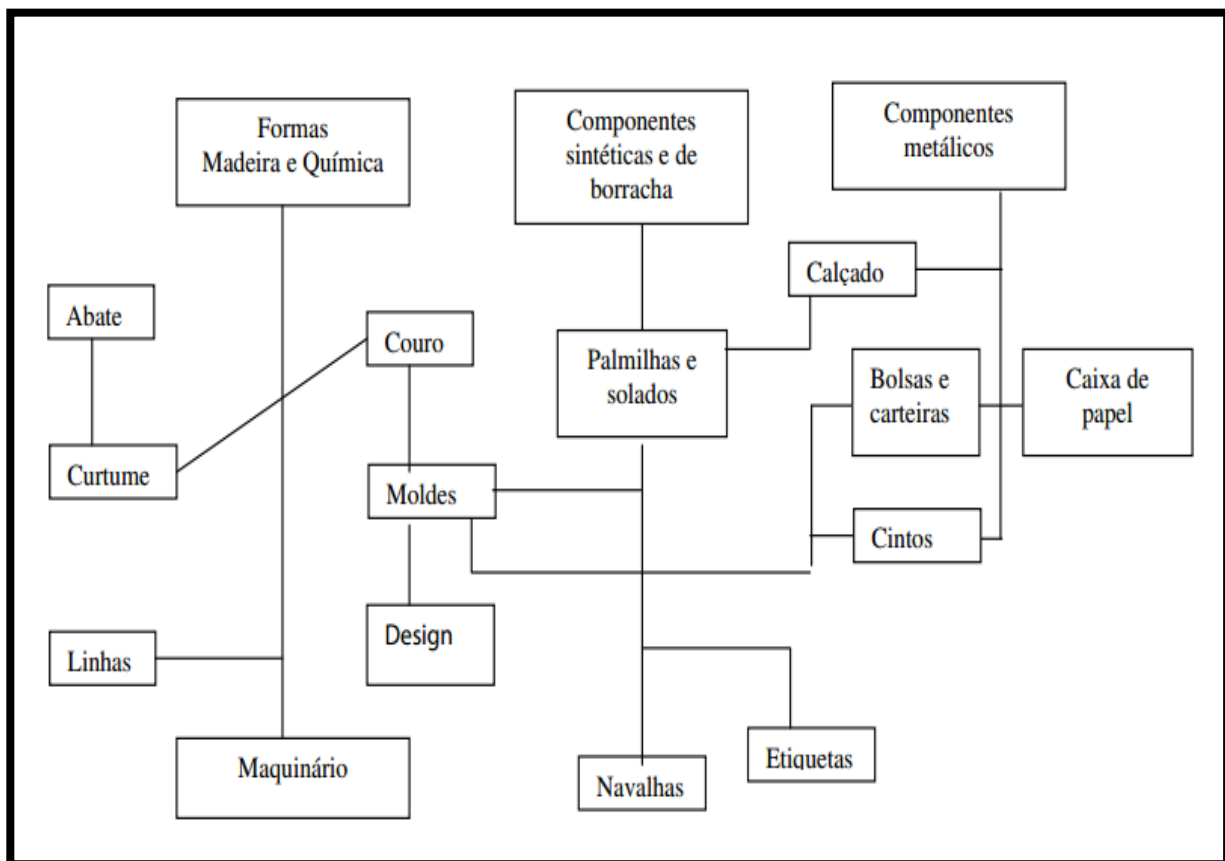
- ✓ curtume wet blue – desenvolve somente o processamento do couro cru em wet blue;
- ✓ curtume acabado – usa como matéria-prima o couro wet blue e o transforma em couro crust;
- ✓ curtume de acabamento – transforma o couro crust em couro acabado;
- ✓ curtume integrado – realiza todas as operações, processando desde o couro cru até o couro acabado.

Mesmo existindo ampla disponibilidade de couro no Brasil, sua indústria encontra problemas (deficiências) no que diz respeito à baixa qualidade, escassa diferenciação de produtos, altos custos e elevado índice de avarias e gastos no acabamento. Tais deficiências são fruto das condições de criação e abate dos animais e do beneficiamento do couro nos curtumes, fato que tem feito com que algumas empresas se verticalizem ao incorporarem a fase de curtume a sua produção. Sobre isso, Spínola (2008, p. 157) comenta que em razão da “escassez do couro natural de boa qualidade, paralelamente ao desenvolvimento da petroquímica e de materiais sintéticos, cada vez mais se utilizam componentes artificiais provenientes da borracha, fibras e compostos”. Tal tendência tem colaborado para a crescente substituição do couro enquanto meio de tornar o preço do produto mais acessível ao cliente. Assim, por exemplo, os tecidos têm sido uma boa solução, sendo usados atualmente tanto em calçados femininos de luxo (tecidos finos) quanto em calçados esportivos de baixo custo (tecidos grosseiros).

No Brasil, os lançamentos de calçados procedem da mesma forma como no caso do vestuário (seguindo as tendências da moda), ou seja, mediante a coleção primavera/verão e outono/inverno. Existe uma atenuada concentração de exportações nos meses de janeiro, fevereiro e março, a qual representa aproximadamente de 30% a 35% do volume total embarcado no ano. Na grande maioria, os fabricantes de calçados concedem férias coletivas no final do mês de dezembro e início de janeiro.

Para Spínola (2008, p. 156-157) a indústria calçadista além de processos de produção do calçado, agrupa ações ligadas à fabricação de insumos, componentes e equipamentos imprescindíveis ao desenvolvimento do produto final. Nesse cenário, cabe mencionar que os principais fornecedores são os curtumes, a indústria têxtil, a indústria de manufaturados de plásticos, a indústria de borracha natural e a de borracha sintética, conforme pode-se verificar por meio da figura 3.

Figura 3: Fluxograma da produção de calçados.

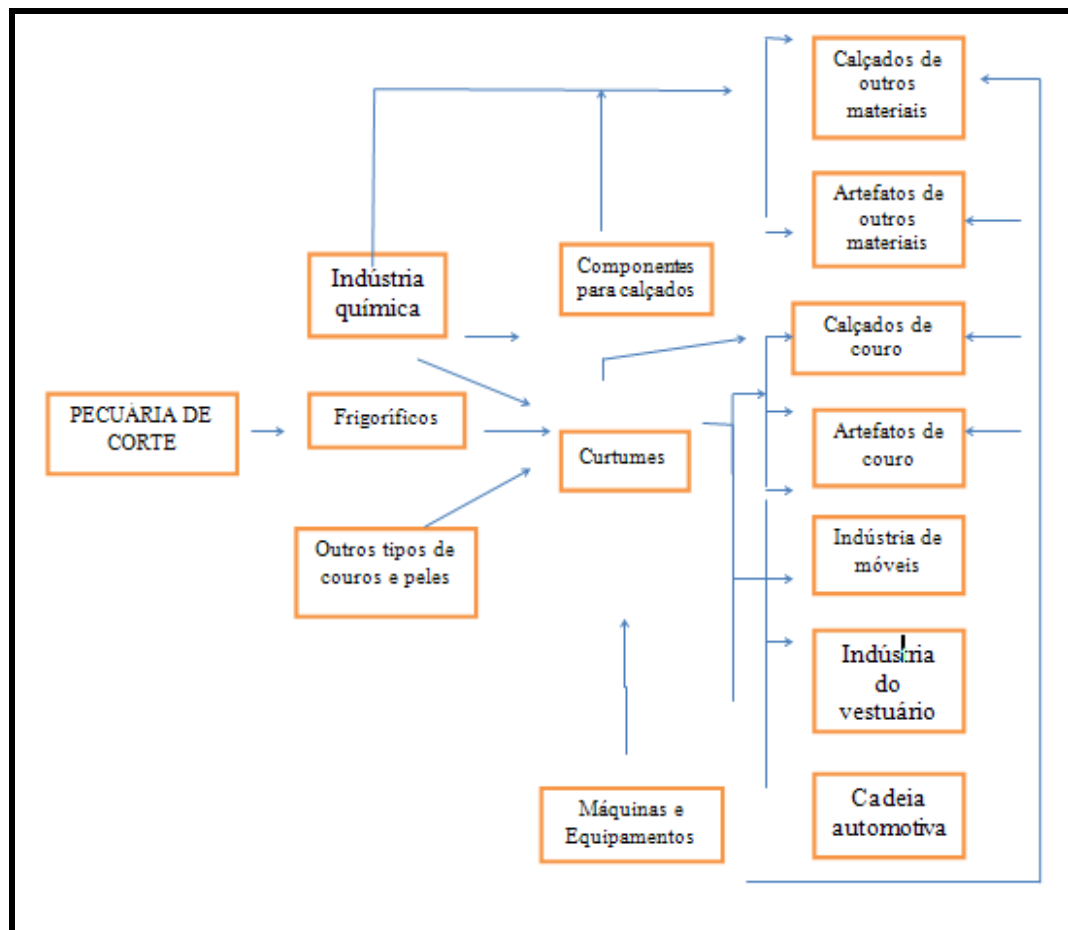


Fonte: Spínola (2008, p. 156)

O conjunto de fabricantes de componentes para a indústria coureira e calçadista, na sua maioria, segundo Spínola (2008, p. 157), é constituído por micro e pequenas empresas,

congregando “materiais provenientes da cadeia têxtil, metais e acessórios, formas e matrizes, solados, produtos químicos para couro, palmilhas, produtos químicos para calçados, outros acessórios e não-tecidos”. A figura 4 apresenta os principais elementos da cadeia produtiva da indústria de calçados, couro e artigos de couro.

Figura 4: Cadeia produtiva da indústria de calçados, couro e artigos de couro.
Fonte: Adaptado de ABICALÇADOS (2009)



Fonte: Adaptado de ABICALÇADOS (2009)

Sobre a organização espacial do setor industrial, de acordo Haddad (1989, p.102) “os fatores de aglomeração tendem a reunir as indústrias, em particular, concentrando-as em um ou alguns pontos do espaço geográfico”. No Brasil, é comum a ocorrência de aglomerações produtivas, como é o caso da região de Vale do Sinos no Rio Grande do Sul, e Franca, em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, está localizada a aglomeração produtiva calçadista da região do Vale do Sinos, o maior pólo calçadista do mundo. Esta aglomeração é dedicada à produção de calçados femininos, sendo responsável por 74% das exportações brasileiras deste produto em 2005. Os calçados produzidos na região são mandados para mais de 130 países (LOPES; MARION FILHO, 2006).

O pólo calçadista de Franca, no Estado de São Paulo, abriga o maior parque fabricante de calçados masculinos, sendo o segundo maior produtor do país. Os calçados produzidos em Franca eram exportados para 58 países em 2005 (ABICALÇADOS, 2007).

Ainda sobre aglomerações, destaca-se a importância dos Arranjos Produtivos Locais (APL) definidos como:

A aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento (ALBAGLI; BRITO, 2002).

O processo de formação dos APL aumenta as possibilidades de segmentar as várias etapas do processo produtivo das indústrias de calçados, instigando o surgimento de pequenas empresas especializadas. Desta forma, a aglomeração e interação dessas empresas especializadas em um espaço geográfico beneficia a indústria calçadista e, conseqüentemente, aumenta o poder de competitividade no setor. Outro fator importante para a formação dos APL é a cooperação. Este fator organiza e facilita a difusão das técnicas e estratégias tecnológicas.

Para compreender o desempenho produtivo é oportuno destacar o conceito de cooperação. Segundo Smith (1776, apud COSTA, 2005, p. 5), a riqueza das nações aconteceria mediante o crescente aumento de produtividade adquirido pela divisão do trabalho. O exemplo dado por Smith sobre a produção de alfinetes mostra que o trabalhador, ao se especializar na execução das tarefas, maximiza sua produtividade.

Desta forma, o conceito de cooperação, segundo Marx (1867, apud COSTA, 2005, p. 5) é definido como:

A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação [...]. Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil [...]. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie.

Boa parte da produção brasileira de calçados é destinada ao mercado externo, o que faz as indústrias de calçados no Brasil apresentarem importante participação no cenário internacional. No entanto, a acirrada concorrência no mercado global representa uma ameaça à indústria brasileira no que se refere a perdas nas exportações e aumento das importações.

Em 1990 essa desconcentração foi evidenciada pelo processo de abertura comercial e pelas políticas macroeconômicas. Com o processo de reestruturação produtiva, as empresas começaram a concorrer entre si e passaram a migrar para a Região Nordeste em busca de menores custos de produção (mão-de-obra abundante, disponibilidade de matéria-prima e incentivos fiscais).

Através de políticas de incentivos fiscais do governo dos estados da região nordestina, somado aos incentivos federais oferecidos pela extinta SUDENE, ocorreu a transferência de plantas industriais produtoras de calçados no final da década de 1990 para o Nordeste. Os estados que receberam os maiores investimentos foram os estados do Ceará e Bahia. No Estado da Bahia, além da localização estratégica para facilitar o escoamento da produção, empresas como Azaléia (Itapetinga), Ramarim (Jequié), Dilly (Vitória da Conquista) entre outras, instalaram-se no estado, aproveitando de todos os incentivos oferecidos: fiscais, condições básicas de infraestrutura (energia elétrica, água, rede telefônica, acesso pavimentado às áreas produtivas) e facilidade de mão-de-obra mais barata do que em outras regiões brasileiras em decorrência de menor média salarial.

A Bahia ocupava a quinta posição entre os principais produtores e exportadores de calçados e está em constante expansão. Sua produção atende principalmente ao mercado das regiões Norte e Nordeste, mas é também canalizada para exportação, atingindo cerca de 65 países. A indústria calçadista baiana possuía aproximadamente 95 empresas em 2007. Empregou em 2005 22.973 pessoas, exportou US\$ 62 milhões e 6 milhões de pares de calçados

(ABICALÇADOS, 2007). Atualmente a indústria calçadista baiana ocupa a quarta posição entre os principais produtores e exportadores de calçados (ABICALÇADOS, 2012).

As indústrias que instalaram unidades produtivas na Região Nordeste possuem a capacidade de manter economias de escala relacionadas à comercialização e distribuição da produção e maior poder de barganha para conseguir fornecedores de matéria-prima. Contudo, a indústria brasileira de calçados se mantém consolidada e se destaca como um dos líderes mundiais do setor calçadista.

Frente ao exposto compreende-se que a indústria calçadista brasileira é composta fundamentalmente, por clusters, que favorecem a competitividade, já que acabam por atrair novos concorrentes, tornando mais intensa a rivalidade das empresas, possibilitando a troca de informações e meios colaborativos de produção. Deve-se ressaltar, no entanto, que tal rivalidade adquire um caráter mais competitivo do que cooperativo.

CAPÍTULO 3 A INDÚSTRIA CALÇADISTA NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BA.

3.1 Evolução histórica e econômica do município de Itapetinga

A região onde a cidade de Itapetinga está localizada começou a ser conhecida a partir de 1914 quando alguns operários que trabalhavam na construção da estrada pedestre entre Vitória da Conquista e Ilhéus fixaram-se às margens do Rio Catulé para atividades agrícolas. Na década de 1920 chegou à região Augusto de Carvalho, e adquiriu uma propriedade rural para fins agrícolas e pecuários. Augusto de Carvalho demarcou em suas terras uma área para nela ser erguida uma vila, um pequeno povoado.

Em 1926, Mariano Soares de Oliveira Campos, oriundo do município de Itambé resolveu fixar residência na região. Ao chegar conheceu Augusto de Carvalho que lhe mostrou duas pequenas casas, e disse que ali estava a vila de Itatinga. Com efeito, este foi o primeiro nome da vila o qual tem origem tupi-guarani que significava: Itá=pedra; Tinga: Branca. Posteriormente foi adicionado o termo “pe” formando então o nome da cidade Itapetinga.

A vila de Itatinga, agora denominada Itapetinga, cresceu rapidamente e passou à condição de distrito de Itambé, tendo em 1934 eleito três vereadores que a representava na Câmara Municipal de Itambé. Em 1934, sob liderança de Orlando Bahia, Juvino Oliveira, Mariano Campos, Augusto de Carvalho e outros, foi criada a Associação Cultural Itapetinguense, posteriormente organizada sob a forma de Fundação, com o fim de divulgar o conhecimento e a cultura no seio da pequena cidade.

O crescimento foi rápido, tanto sob o aspecto humano quanto econômico, e em 12 de dezembro de 1952 foi criado o Município de Itapetinga, sendo o seu território desmembrado do município de Itambé. Atualmente, Itapetinga é um importante centro econômico e social do sudoeste baiano movimentada por algumas indústrias e empresas de pequeno porte, que fomentam o comércio local, uma economia que tende a se diversificar para abandonar a pecuária como única atividade.

Nas décadas de 1980 e 1990 Itapetinga era também conhecida como “a Capital da Pecuária”, devido ao grande número de criadores rurais, em grandes fazendas ao redor do município. Segundo Oliveira, N. (2003, p. 117), o processo de acumulação de capital na região de Itapetinga está dividido em seis períodos: “a instalação da atividade pecuária (principal atividade

econômica do município até 1996); o apogeu dessa atividade; o início da crise e o surgimento da pecuária mista (1960); a instalação da indústria agropecuária (1960 a 1990); a estagnação econômica (1996); e, por último, a instalação do “Distrito Industrial” (1996).

Com relação ao último período, com base no conceito de Distrito Industrial abordado no capítulo I, Itapetinga não atingiu o objetivo proposto. Segundo Amaral Filho (1996) o Distrito Industrial tem como principal característica a capacidade de inovar para satisfazer a demanda atrelada a força de trabalho em redes de produção flexível e uma relação entre as esferas social, política e econômica. O Distrito Industrial está atrelado à aglomeração produtiva com a predominância de indústrias de pequeno e médio porte, subcontratação, cooperação, cooptação e presença de instituições como universidades e centros tecnológicos.

3.2 Aspectos de infra-estrutura do município de Itapetinga

O município de Itapetinga possui segundo o censo populacional do IBGE (2010) 68.520 habitantes, sendo assim o 24º Município mais populoso do estado. Ainda é detentora de uma área de 1.627,462 km² e uma densidade populacional de 41,95 hab/km², fazendo fronteira com os Municípios de Itororó, Itambé, Macarani, Itarantim, Pau Brasil e Itajú do Colônia.

A figura 5 apresenta a vista aérea da sede. O Município encontra-se localizado na região Econômica do Sudoeste da Bahia, possuindo dois distritos. Palmares e Bandeira do Colônia.

Figura 5: Imagem de satélite do Município de Itapetinga.



Fonte: Oliveira (2003)

Itapetinga é o terceiro mais populoso município da “Macrorregião Econômica do Sudoeste da Bahia” (OLIVEIRA, N., 2003, p. 35). Como pode-se verificar por meio da tabela 3, Itapetinga tem a densidade demográfica, de 35,86 habitantes por quilômetro quadrado.

TABELA 3: Densidade demográfica de Itapetinga.

Municípios/Região /Estado	População			Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural			
Itapetinga	57.931	55.182	2.749	1.615,40	35,86	95,25
Vitória da Conquista	262.494	225.545	36.949	3.216,00	81,62	85,92
Sudoeste	1.135.362	741.291	394.071	42.542,90	26,69	65,29
Bahia	13.066.910	8.761.604	4.305.306	564.273,00	23,16	67,05

Fonte: Oliveira, N. (2003, p. 35)

Itapetinga tem ainda privilegiada localização geográfica. destacando-se nesse sentido por possibilitar um acesso mais facilitado ao porto de Ilhéus (PREFEITURA ITAPETINGA, 2013).

Sendo o principal ponto de articulação de um elo de ligação (composto pela BA 263, Vitória da Conquista - Itapetinga, e a BR 415, Itapetinga- Ilhéus) entre estes

dois eixos, Itapetinga, ressalta -se, também, por estar inserida num dos eixos transversais de ligação entre as regiões do Oeste do Brasil e da Bahia e o litoral baiano. Devido a sua localização, o município sofre influência de dois blocos regionais, Vitória da Conquista/Jequié (BR -116) e Ilhéus/Itabuna (BR -101) e dispõe de uma infra -estrutura viária privilegiada, quando comparada a outras regiões do estado, transformando-se num subpólo urbano regional (OLIVEIRA, N., 2003, p. 33).

Assim, em razão da sua localização, o Município tem registrado desde 1990 um significativo crescimento industrial, uma vez que as indústrias ali situadas têm uma logística facilitada. Itapetinga também é o Município bem urbanizado, pois, 97% da população reside na área urbana e somente 3% na área rural. “O Produto Interno Bruto (PIB) de Itapetinga é de R\$ 555 754 mil e o PIB per capita é de R\$ 8 432,78” (BARBOSA, 2011, p. 6). A aproximadamente 650 km de Salvador (capital do estado), Itapetinga está localizada na Mesorregião do Centro Sul Baiano e a Microrregião de Itapetinga.

De acordo com a Secretaria de Infra-estrutura, a cidade de Itapetinga, apresentava boas condições urbanas, haja vista que, entre os anos de 1996 e 2000, a cidade possuía cerca de 80% de ruas pavimentadas. Entretanto, em consequência do aumento do número de loteamentos (bairros), as políticas públicas não acompanharam o crescimento rápido da cidade e houve um decréscimo no percentual de ruas pavimentadas estando atualmente em torno de 70% (OLIVEIRA, N., 2003).

O Município também possui um adequado sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos, atendendo cerca de 95% da população abastecendo-a de água e 85% de coleta de esgoto. Houve uma melhora nas vias de acesso (rodovias estaduais), até mesmo em função da industrialização da cidade, proporcionando melhor fluxo de veículos, principalmente caminhões para escoar a produção industrial.

Quanto ao número de agências bancárias, houve uma variação (entre 2007 a 2012) com a instalação de mais uma agência bancária, além das agências já existentes. Segundo informações do sindicato dos bancários apesar dessa pequena variação houve um aumento considerável no volume de negócios. No centro comercial, de acordo com informações do Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL), o percentual de lojas abertas foi bem superior as que fecharam.

3.3 Evolução Urbana do Município

Para Fainstein (1996, p. 176), “uma mesma cidade pode ser olhada tanto como parte de uma totalidade como pelos aspectos únicos de sua história particular”. O referido autor comenta que “a primeira linha de análise permite ver as relações gerais entre as forças macroeconômicas e as consequências urbanas”. Já a seguinte trabalha observando o lado interno das cidades, avaliando as forças que permitem a criação das particularidades de cada uma delas, quais sejam: a base econômica, as divisões sociais, os interesses políticos e as ações dos seus participantes. Neste caso, seria um estudo aprofundado sobre a constituição da estrutura urbana do Município.

Conforme Oliveira, N. (2003, p. 26):

Atrelados numa relação dialética, dois foram os fatores que, por expansão ou por alterações no seu interior, determinaram a configuração do espaço urbano da cidade de Itapetinga: o processo de acumulação e reprodução do capital na região e o as ações do Estado através das políticas de atração de recursos, do provimento de infra-estrutura e das diversas tentativas de planejamento urbano.

Torna-se oportuno, nesse contexto, apresentar o conceito de estrutura urbana, aqui avaliada não somente enquanto conceito estático do arcabouço arquitetônico, todavia enquanto algo ativo em cuja composição “existe uma base física e territorial subjacente onde são produzidos e se reproduzem os ‘ sistemas” (SAMPAIO,1999, p. 334).

Segundo Santos (1992, p. 50), “Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”, assim como informa Sampaio (1999). Isso implica que o entendimento de organização tanto pode ser utilizado sob o ponto de vista estático, como circunstância de um determinado período, ou de um ponto de vista dinâmico processual. Lefebvre (1996, p. 53) cita que “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”. Nessa ótica, a análise da “estrutura urbana” do Município de Itapetinga, se procederá de maneira dinâmica, observando-se as situações no tempo e suas implicações.

Em meio às diversas fases do processo de produção capitalista, o Município de Itapetinga no decorrer do seu curto período de existência conviveu com vários momentos de crise e euforia. Conforme especifica Oliveira, N. (2003, p. 27), desde a formação de seu núcleo inicial, até os

dias atuais, Itapetinga presenciou “o fortalecimento, o apogeu e a crise da monocultura da pecuária extensiva”.

Apesar de tê-la conduzido, inicialmente, a um período de grande prosperidade, transformando-a, rapidamente, em principal centro de criação bovina do Norte e Nordeste do Brasil, esta atividade foi incapaz de se sustentar devido ao seu modelo de exploração extensiva baseado na extração dos recursos naturais e na resistência dos agentes às mudanças de ordem tecnológica e das relações de produção (OLIVEIRA, N., 2003, p. 27).

A partir do fim da década de 1990, Itapetinga percebe a emergência do sistema de “produção flexível” depois da implantação do “Distrito Industrial” de Itapetinga, possuindo enquanto principal investimento uma fábrica de calçados da Empresa Azaléia do Nordeste S/A. Esta empresa, com promessa de produzir dez mil empregos diretos para a região, instalou-se no Município, seduzida pelos benefícios fiscais, creditícios e de infra-estrutura.

Segundo informações da Secretaria de Infra-estrutura do município de Itapetinga, a cidade antes da implantação da indústria calçadista, possuía cerca de 18 bairros, e nos últimos 10 anos foram criados cerca de 06 novos loteamentos os quais estão atualmente habitados e se encontram em vias de mudança de status para bairros. “Os outros investimentos em infraestrutura de grande porte realizados na cidade foram em atendimento às exigências da Azaléia e dos agentes emergentes dos setores de comércio e de serviços” (OLIVEIRA, N., 2003, p. 111).

Entre 1980 e 1996, a população de Itapetinga cresceu menos da metade do que a população do Estado da Bahia (14% e 33% respectivamente). Entre 1996 e 2000, a população do município já cresceu 50% a mais do que a do Estado (6,5% e 4,2%, respectivamente), provavelmente já como consequência da implantação do projeto da Azaléia (ANDRADE, et al, 2001).

Outro parâmetro importante para avaliar a evolução urbana e o aumento de habitações é o número de residências com abastecimento de água e serviços de coleta de esgoto, segundo ainda informações da Secretaria de Infra-estrutura, devido a ocorrência de construções sem alvará, eles não podem precisar o número de habitações, mas pode ser feita uma estimativa baseada nas ligações de água.

As informações obtidas junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), demonstra que em dezembro de 2006, havia 12.559 residências com abastecimento de água e 8.613 com coleta regular de esgoto. Considerando que, segundo informações do próprio órgão,

cerca de 95% das residências na cidade tem abastecimento regular de água, então no ano de 2006 havia cerca de 13.220 residências. Já no ano 2000, considerando também o mês de dezembro como referência, eram 14.507 residências com abastecimento regular de água e 11.895 com serviços de coleta de esgoto, considerando o mesmo percentual anterior, no ano de 2000 já havia na cidade aproximadamente 15.570 habitações com um aumento de 2.050 casas, que provavelmente ocorreu influenciada pela Azaléia, pois conforme relata OLIVEIRA, N. (2003), a indústria de calçados Azaléia já empregava em torno de 9% da população economicamente ativa da cidade no ano 2001.

Considerando toda a conjuntura econômica dos últimos anos, principalmente pelo aquecimento dos negócios na construção civil, a cidade de Itapetinga teve um avanço também neste segmento em função da indústria de calçados, que através dos salários pagos injeta recursos na economia local através dos seus 12.992 funcionários na matriz. No ano de 2010, segundo informações do SAAE, até o mês de outubro, havia 20.147 residências com abastecimento regular de água e 18.030 com coleta regular de esgoto, seguindo o mesmo percentual, o município possui até o mês citado cerca de 21.208 residências. O que representa um aumento médio anual de aproximadamente 571 habitações por ano considerando desde 1996.

3.4 Receitas da Prefeitura Municipal de Itapetinga antes implantação da Azaléia

Conforme relata Andrade, et al (2001), entre 1980 e 1996, enquanto o PIB do Estado cresceu 32%, o PIB do município regrediu 30% e o dos demais municípios com filiais do projeto regrediu 21%. E a pecuária bovina, principal atividade econômica do município, teve seu número de cabeças reduzido a menos da metade entre 1985 e 1996. Em 1998, o número de cabeças representava apenas 45% do total de 1985.

Itapetinga até 2006 era um dos municípios mais industrializados do estado da Bahia. Quando analisada a participação da Indústria na formação do PIB (cerca de 40,21%), o município ocupava, segundo a publicação do IBGE (2006), a 22ª posição, em um universo de 417 municípios, ficando muito acima da média estadual, que era de 30,68%.

O Valor adicionado ao PIB pela Indústria representava aproximadamente R\$ 131,17 milhões, ocupando assim, a 24ª posição no estado, em 2006, ficando à frente de municípios como Jequié (25º com R\$ 120,53 milhões), Mata de São João (26º com R\$ 114,27 milhões), e Brumado

(28° com R\$ 102,33 milhões). Foi a Indústria a responsável por 1.697 novos postos de trabalho formal no 1º semestre de 2009, 70,44% de todos os empregos criados neste período (Tabela 4).

TABELA 4: Produto Interno Bruto dos Municípios 2007 – Itapetinga

Valor adicionado bruto da agropecuária	12.582 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria	159.989 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços	226.367 mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	81.538 mil reais
PIB a preços correntes	480.476 mil reais
PIB per capita	7.597 mil reais

Fonte: IBGE (2013)

3.4.1 A Indústria Calçadista Azaléia/Vulcabrás no Município de Itapetinga-BA

Segundo Oliveira, N. (2003), a Azaléia do Nordeste S.A., foi a primeira inversão da moderna indústria calçadista na Bahia, com um investimento estimado em 118 milhões. De acordo Bahia (2001, p. 56):

O maior investimento do setor calçadista no Estado, com capacidade de produção de 11 milhões de pares de calçados por ano, constituindo-se no principal investimento do “Distrito Industrial” de Itapetinga.

Bahia (2001) que além da “fábrica-mãe” que empregava aproximadamente 4.000 operários, este empreendimento oferecia a mais mil empregos em 18 galpões espalhados por doze municípios da Região Administrativa do Município.

Mesmo com uma participação inexpressiva em nível nacional e pouco significativa regionalmente, a implantação das indústrias calçadistas na Bahia provocou um grande impacto em alguns dos municípios e em seu entorno. Destacando o caso da Azaléia-Nordeste em Itapetinga, onde se calculava que 8,5% da população economicamente ativa, na cidade, se encontraria empregada na Azaléia (BAHIA, 2001, p. 56).

3.4.2 Impacto da produção da Azaléia na arrecadação de impostos municipais

Segundo o setor fiscal e de tributos municipal, após a implantação da indústria e de outras empresas, houve um aumento de aproximadamente 36% na arrecadação de impostos municipais, haja vista que muitas empresas prestavam serviços à indústria calçadista em diversos setores, conforme informa a própria empresa, que possuía 58 empresas terceirizadas prestando serviços mensalmente.

Segundo dados do IBGE (2010), as receitas orçamentárias realizadas - Imposto Sobre Serviços – no ano de 2008 foram de R\$ 1.622.390,72. A indústria de calçados Azaléia e as empresas Colograf e Diklatex, afirmam que os incentivos fiscais do governo estadual foram importantes para a redução de custos, entretanto influenciam positivamente na arrecadação municipal, dado o volume de negócios.

3.4.3 Implantação de novas empresas no município de Itapetinga após instalação da Azaléia

Segundo informações coletadas no comércio de Itapetinga, junto ao Clube de Dirigentes Lojistas (CDL), houve nos últimos anos um crescimento no número de lojas e de acordo com os lojistas ocorreu também um incremento nas vendas. Segundo Oliveira, N. (2003), a maioria dos lojistas atribui esse fenômeno a implantação da fábrica de calçados, que conseqüentemente atraiu outras como, a Diklatex que atribuiu a sua vinda devido a implantação, haja vista que a fábrica de calçados é seu único cliente na cidade e absorve quase 65% da produção, sendo parte vendida para outros estados. O mesmo ocorre com a empresa gráfica Colograf, que, na unidade em Itapetinga, tem como principal cliente a Azaléia Nordeste com 35% em média da produção destinada ao mercado local, 85% deste é destinados a indústria de calçados Vulcabras/Azaléia (OLIVEIRA, N., 2003).

No comércio local, filiais de grandes grupos do comércio varejista de móveis e eletroeletrônicos, admitem que a indústria de calçados Azaléia influenciou na decisão de abrirem lojas na cidade, devido ao número de empregos diretos oferecidos pela referida indústria e à conseqüente atração de outras empresas. Por exemplo, no período de implantação da Azaléia já não mais existia concessionária de veículos e motos, apenas representantes/vendedores e

atualmente há na cidade 04 concessionárias de motos e grandes lojas de comércio de compra e venda de veículos, o que representa incremento financeiro na cidade.

Ainda referindo as lojas varejistas, Oliveira, N. (2003) afirma que os funcionários da indústria de calçados representam entre 20% e 70% dos clientes e são responsáveis por até 88% das vendas, conforme gerente local de uma das lojas.

Entre outras empresas que se encontram instaladas no “Distrito Industrial”, existem três que trabalham com recuperação de resíduos plásticos e produção de sacos, sacolas e pelets, tendo também como importante parceiro a fábrica de calçados. Representantes, de duas delas, A Recicla e a Plásticos Master afirmam também que um dos pontos importantes para a implantação das mesmas, foi a vinda da calçados Azaléia para o município e que hoje é o principal cliente na cidade.

Outra empresa, uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, tem também como parceiro a fábrica que é fornecedora de resíduos de papelão e plástico (sendo este comercializado com as empresas de reciclagem instaladas no “Distrito Industrial”). Percebe-se neste setor também a influência da Azaléia, mesmo porque ela também é a maior gerador de resíduos recicláveis na cidade, e conseqüentemente se houver uma mudança no sistema, poderá ocasionar uma influência negativa em cadeia, devido à interdependência das empresas que tem na sua linha de produção estes materiais. A indústria de produção de sacolas e sacos admite não haver mais uma dependência direta na sua produção, pois além de produzir com material “virgem”, já conquistou outros mercados para compra dos resíduos plásticos para reciclagem e mercado consumidor para sua produção (sacolas e sacos plásticos), apesar de ainda afirmar ser a indústria calçadista seu parceiro comercial mais importante. Outro setor em que houve crescimento em função da Azaléia, foi o de serviços. Atualmente existem cerca de 58 empresas que prestam os mais variados serviços a mesma (OLIVEIRA, N., 2003).

3.4.4 Contribuição da Azaléia para a geração de emprego e renda

De acordo com Oliveira, N. (2003), a indústria de calçados, oferecia 3.475 empregos na cidade de Itapetinga até maio de 2001. O Município possuía uma população economicamente ativa em número aproximado de 38.000 pessoas. Neste aspecto, observa-se que a indústria Azaléia já empregava em torno de 9% dessa população (Tabela 5).

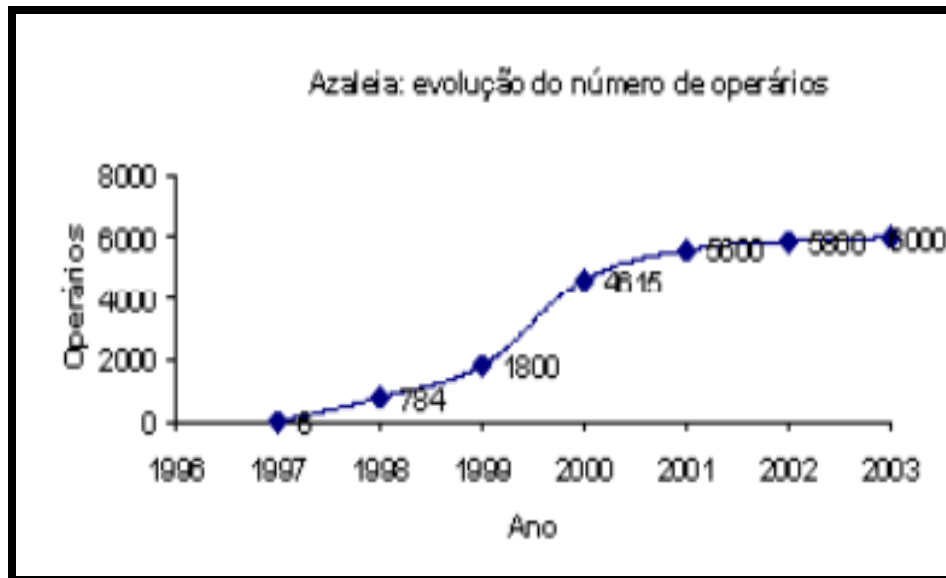
TABELA 5: A indústria Azaléia e a geração de emprego (2001)

Municípios	População Absoluta	Empregos gerados
Itapetinga sede	37.921	3.475
Itapetinga Filial 01	-	291
Itapetinga Filial 02	-	292
Bandeira do Colônia – Vila Itapetinga	-	156
Macarani Filial 01	30.850	150
Macarani Filial 02	-	151
Itambé Filial 01	30.850	115
Itambé Filial 02	-	116
Potiraguá	14.379	113
Caatiba	15.308	65
Ibicuí	15.129	95
Itarantim	14.923	228
Macarani	7.329	118
Firmino Alves	5.170	93
Itaiá – Distrito de Firmino Alves	-	71
Itororó	19.399	116
Itaíti – Distrito de Itororó	-	50
Rio do Meio– Distrito de Itororó	-	94
Iguaí	23.134	91

Fonte: Nery e Mendes (2004, p. 258)

A falta de dados recentes sobre a população economicamente ativa inviabiliza a atualização desse cálculo. Entretanto, considerando a população total que em 2007 era de 63.243 habitantes na cidade (IBGE, 2007) e o número de 10.000 funcionários que aí trabalhavam no mesmo período deduz-se que 15,8 % dos habitantes do local, estariam vinculados à empresa. Esta evolução pode ser percebida por meio do Gráfico 1.

Gráfico 1 : Evolução do Número de Operários da Azaleia entre os anos 1997-2002



Fonte: Recursos Humanos da Azaléia em Itapetinga-BA

De acordo com informações da indústria de calçados Vulcabrás/Azaléia, até 2009 na matriz estavam empregados 12.992 (doze mil novecentos e noventa e duas) pessoas no município de Itapetinga, o que representava cerca de 32% da população economicamente ativa no ano de 2010, além de agregar 58 empresas terceirizadas com média de 10 funcionários por empresa, acrescentando então mais 580 pessoas que desenvolvem as suas atividades de forma direta. Forma-se assim, um universo de aproximadamente 13.000 empregados na matriz em Itapetinga e 6.733 nas filiais em diversas cidades da microrregião. Em dezembro de 2009, a participação da Vulcabrás/Azaléia no número de empregos formais, conforme Jornal Dimensão (2010) era de 60% só na cidade de Itapetinga (Gráfico 2).

Outras empresas pesquisadas (Diklatex, Itairó, Ricardo Eletro, Insinuante, Plástico Master, Recicla, Colograf, Lojas Maia, Ponto Frio e Plastipel) que têm algum tipo de negócio ou influência da indústria de calçados, ou porque tem seus funcionários como principais clientes, totalizaram cerca de 617 empregos diretos e indiretos. Nos municípios onde estão instaladas unidades da Azaléia (Itororó, Itambé, Bandeira, Potiraguá, Itarantim, Macarani, Rio do Meio, Firmino Alves, Itaiá, Ibicui, Iguai, Itati e Caatiba), são responsáveis por até 58% dos empregos formais (JORNAL DIMENSÃO, 2010).

Gráfico 2. Participação da Azaléia nos empregos formais em Itapetinga e região.



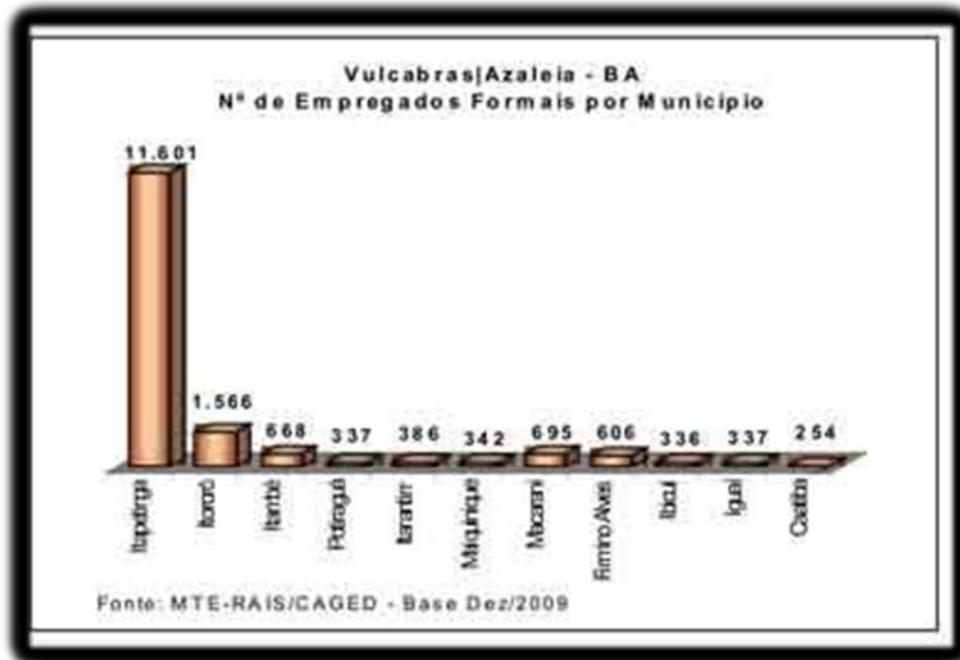
Fonte: Jornal Dimensão (2010)

Por meio da análise dos gráficos 1 e 2, percebe-se que desde 1997, o Grupo Vulcabrás/Azaléia vem gerando um número expressivo de postos de trabalho, o qual foi se elevando com o passar do tempo.

3.4.5 Relação da Indústria Calçadista com o Desenvolvimento Regional

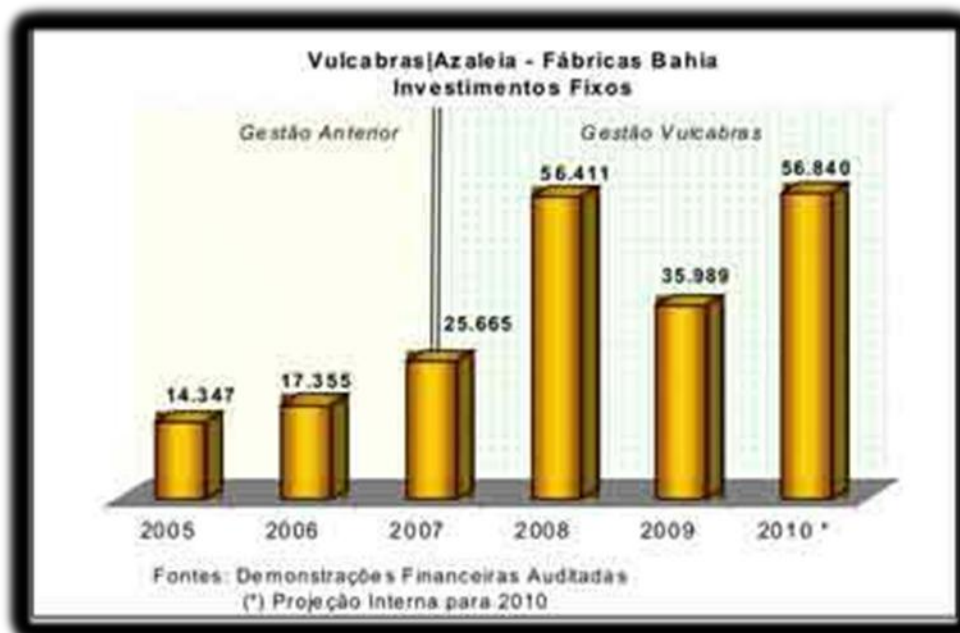
Conforme Jornal Dimensão (2010), a Vulcabrás/Azaléia é responsável por 48% de todos os empregados da indústria baiana de calçados e nos municípios onde estão instalados representam fator dinâmico de desenvolvimento, além de importante parcela do número de empregos nas cidades nas quais tem filiais, (Gráfico 3).

Gráfico 3: Participação da Azaléia nos empregos formais por município.



Fonte: Jornal Dimensão (2010)

Gráfico 4: Investimentos fixos fábricas da Bahia.



Fonte: Jornal Dimensão (2010)

Além disto, a empresa progressivamente foi realizando investimentos fixos na região, que segundo Jornal Dimensão, resultaram em uma expansão acelerada das fábricas da Bahia, (Gráfico 4).

Mesmo diante de tantos empregos gerados, o que significou desenvolvimento para a região. Em 2012 a fabricante de calçados Vulcabrás/Azaléia, encerrou as atividades de 12 unidades industriais de dez filiais de sua subsidiária as quais ficavam nos municípios de Caatiba, Firmino Alves, Itambé, Itapetinga (com exceção da matriz em Itapetinga), Itororó e Macarani. Isso significou o desemprego de 1.878 pessoas e uma taxa de desemprego que chegou a ser de 30% (G1, 2012). Com relação aos funcionários desempregados a empresa disse que está “oferecendo um programa de benefícios compensatórios aos empregados diretamente atingidos, após negociação prévia com o sindicato da categoria” (G1, 2012, p. 1).

O encerramento dessas filiais ocorreu em decorrência do aumento da competição causada pela a excessiva entrada de produtos importados a preços mais baixos não compatíveis com os custos da empresa na Bahia, atualmente a empresa vem passando por um processo de reestruturação das operações industriais desenvolvidas na Bahia na tentativa de se tornar mais competitiva no mercado da indústria de calçados. Em consequência disso, os efeitos imediatos percebidos são o desemprego e a queda da renda das famílias e de outras atividades da região.

CAPÍTULO 4 CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou analisar os impactos econômicos da implantação da fábrica Azaléia no município de Itapetinga-BA verificando as mudanças no crescimento do comércio, elevação do PIB municipal, surgimento de novas indústrias, geração de emprego e renda e expansão da zona urbana.

Frente à pesquisa literária desenvolvida, constatou-se que a indústria calçadista é por tradição caracterizada por uma baixa complexidade produtiva, abalizada em tecnologias relativamente simples e a utilização intensa de mão-de-obra, resultando em uma produção predominantemente artesanal.

Considerando a relevância da força de trabalho, as indústrias tem procurado internacionalizar a produção, deslocando algumas das suas atividades para países com mão-de-obra abundante. Por outro lado, a indústria brasileira de calçados tem ao longo do tempo, buscado superar suas tradicionais condições competitivas constituindo-se basicamente, por clusters, que favorecem a competitividade, já que atraem novos concorrentes e intensificam a rivalidade das empresas. Talvez, se houvesse clusters no município de Itapetinga a Azaléia estaria mais fortalecida.

Por outro lado, no que diz respeito às inovações tecnológicas, as mudanças não se dão de modo homogêneo, uma vez que determinadas etapas ainda são, em grande parte, artesanais.

A Azaléia foi responsável por 48% de todos os empregados da indústria baiana de calçados e nos municípios onde estão instalados representam fator dinâmico de desenvolvimento. A saída da monocultura pecuária para a diversificação econômica por meio de industrialização do município contribuiu de forma importante para o PIB municipal. Outro aspecto importante devido a implantação da indústria calçadista é a geração de empregos diretos e indiretos, tendo ela participação direta em alguns municípios em até 60% dos empregos formais em 2010, isto pode também ter criado uma outra dependência, talvez até mais grave do que a da pecuária pelo volume financeiro e número de empregos. Entretanto, é incontestável a importância da empresa no contexto geral de mudança estrutural e financeira na cidade de Itapetinga e microrregião.

Assim, mesmo havendo fechado 18 unidades industriais de dez filiais a expectativa em torno da Azaléia na cidade de Itapetinga e região, não se exauriu completamente, dada a dinâmica econômica e social provocada pela empresa visto que, os impactos econômicos podem ser

percebidos pelo crescimento do comércio com abertura de lojas de grandes grupos varejistas, novas indústrias de produção de outros materiais têxteis e de reciclagem e fabricação de embalagens plásticas, além de um intenso movimento da indústria da construção civil com percentuais de expansão urbana bem superiores aos períodos anteriores a Azaléia.

Com base nas teorias da Localização industrial (Thunen, Weber/1909 e Isard/1985), Pólo de crescimento e desenvolvimento (Perroux/1967) e teoria da Causação circular cumulativa (Myrdal e Hirschman/1960) a pesquisa constatou que a implantação da Vulcabrás/Azaléia em Itapetinga ocorreu de forma exógena, motivada pela perspectiva de realização de um negócio lucrativo, apoiado a questões de ordem política, econômica, geográfica e locacional, amparado num conjunto de incentivos oferecidos pelo Governo do Estado da Bahia dentre eles fiscais, financeiros, estruturais e pelo custo relativamente menor da mão-de-obra local e custos com transporte devido a localização estratégica.

Os principais benefícios gerados pela a implantação do projeto em Itapetinga foram a geração de emprego e renda que derivou da própria natureza da atividade industrial envolvida, a produção de calçados, intensiva em utilização de mão-de-obra, a evolução dos impostos e encargos sociais gerados foram bastante significativos, aumento das receitas orçamentárias do município, Implantação de novas empresas de pequeno e médio porte, Crescimento do comércio, indústria civil e setor de serviços.

Em 2012 a Vulcabrás/Azaléia anunciou o encerramento das atividades industriais em 10 filiais com exceção da matriz em Itapetinga no qual as atividades ficaram concentradas. Essa decisão causou um fator negativo com o aumento da taxa de desemprego cerca de 30% da população economicamente ativa da região. A empresa informou que se empenhou na tentativa de preservar a competitividade, mas registrou elevados prejuízos financeiros em decorrência do aumento da competição, causado pela entrada de produtos importados a preços baixos não compatíveis com os custos da empresa. Por essa razão, a empresa está implementando estratégias de reestruturação das operações industriais na Bahia. Em relação aos funcionários demitidos a empresa diz respeitar integralmente os direitos legais dos funcionários.

O encerramento das atividades industriais dessas filiais tem como efeitos imediatos, o desemprego a diminuição da renda e da demanda locais e conseqüentemente uma diminuição da renda e da demanda nas outras atividades da região. Esses fatores negativos poderão gerar outros

fatores negativos como o aumento da violência e criminalidade na região devido ao desemprego e a falta de oportunidade empregatícia em outros setores da economia local.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. Associação Brasileira das Indústrias de Calçados. Disponível em: <http://www.abicalçados.com.br>. Acesso em: 07/10/2007.

_____. Associação Brasileira das Indústrias de Calçados. Indústria de Calçados do Brasil 2013. Disponível em: < <http://www.abicalçados.com.br>>. Acesso em: jul. de 2013.

ABDI. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Série Cadernos da Indústria ABDI – V. 3.** 2008.

ALTENBURG, T.; MEYER-STAMER, J. How to promote clusters: Policy experiences from Latin America. World Development, Great Britain: Elsevier Science. v.27, n.9, p. 1693-1713, 1999.

ALVARENGA, D. Vulcabrás começa a transferir para Índia parte da produção de tênis. G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/06/vulcabras-comeca-transferir-para-india-parte-da-producao-de-tenis.html>>. Acesso em: jul. de 2013.

AMARAL, Jair FILHO. **Desenvolvimento Regional Endógeno: (RE) Construção de um conceito, Reformulação das Estratégias.** Ver. Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 26, n. 3, p. 325-346, jul./set. 1995.

_____. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista.** In: **Planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA, n. 14, dez./ 1996.

ANDRADE, José Eduardo de; CORRÊA, Abidack Raposo. **Panorama da Indústria Mundial de Calçados, Com Ênfase Na América Latina.** BNDES Setorial. Rio de Janeiro, n 13, p. 95-126, mar. 2001.

ANDRADE, José Eduardo Pessoa de, ALEXIM, Flavia Menna Barreto, FERREIRA, Carlos Augusto Muller e ALLEN, David John. **O CASO DA AZALÉIA NORDESTE** Uma Experiência de Benefícios Sociais Gerados em Projetos Privados Elaboração: GERÊNCIA SETORIAL DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS, 2001.

ANDRADE; Manoel Correia. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento,** 5. ed., São Paulo: Atlas, 1987.

ARAGÃO, Marco. **O desenvolvimento econômico sob o ponto de vista dos mercantilistas, fisiocratas e os clássicos.** 2007. Disponível em: <WWW.cofecon.org.br>. Acesso em: fev./2010.

BAHIA. Fábrica em Itororó reforça indústria do setor de calçados na Bahia. Salvador: Secretaria de comunicação. Disponível em: < <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2013/07/16/fabrica-em-itororo-reforca-industria-do-setor-de-calcados-na-bahia>>. Acesso em: jul. /2013.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia -SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. Quatro Cantos da Bahia. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001.

BARBOSA, Juliana Pereira. Mobilidade do trabalho e precarização da vida em Itapetinga/BA: O pólo vulcabras/azaléia e o descarte dos trabalhadores. Vitória da Conquista: Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB, 2011.

BNB. **Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991- 1995):** desenvolvimento científico e tecnológico no Nordeste (setor industrial). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1997 v.7, 1997.

BNB-Etene. **Manual de localização industrial:** tentativa de adequação da teoria à realidade. Rio de Janeiro, Apec, 1968.

BOISIER, Sérgio. *Política econômica, organização social e desenvolvimento regional*. In: HADDAD, Paulo R. (Org.): *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1989.

BOUDEVILLE, Jacques-R. **Les spaces économiques**. Press Universitaires de France, Paris, 1970.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes, **Economia e Desenvolvimento Regional**, São Paulo Atlas, 2000.

CLEMENTE; Ademir. **Economia regional urbana**, São Paulo: Atlas, 1994.

DIAS, Neide Selma N. O. Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia – Goianira. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/pub/conj/conj11/artigo04.pdf>>. Acesso em: jul./ 2013.

FAINSTEIN, S. The Changing World Economy and Urban Restructuring. In: FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. *Reading in Urban Theory*, Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 1996, p. 170-186.

FERREIRA, Paulo R. in HADDAD. **Economia Regional: Teoria e métodos de análise**. Fortaleza. Ed. BNB/ETENE. 1989.

FISET. Manual do FISET. **Fundo de Investimentos Setoriais – FISET**. Banco do Brasil, 3 ed, Brasília, junho / 1980.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

G1. Vulcabrás/Azaléia. Disponível em:< <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia>. Acesso em:Jul./2013.

GALVÃO, O.J.A. “Clusters” e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. IPEA, Brasília, n. 21, p.3-49. 2000.

HADDAD, Paulo Roberto. org. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, BNB. ETENE, 1989.

IBGE. PIB Cidades. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ba>>. Acesso em Jul. de 2013.

_____. Censo populacional Itapetinga 2010. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em Jul./2010.

INFORME SETORIAL. **Setor Calçadista**. BNDES, nº 13, Maio, 1998.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 1996.

LIMA, Ana Carolina da Cruz, SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no Pós-Guerra: O Caso do Brasil**. CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2009. Belo Horizonte – MG.

LOPES, Herton Castiglioni.; MARION FILHO, Pascoal José. Estratégias e competitividade industrial: uma análise das dificuldades do setor calçadista do Vale dos Sinos (RS) a partir de suas estratégias. **ANAIS. XIII SIMPEP** - Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006.

MENDES, A. A. Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica: uma análise da estrutura produtiva mutante do pólo têxtil de Americana, SP. 1997. 194 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MOURA, Maria Suzana. **Gestão do desenvolvimento local, economia e solidariedade**. Material didático do Curso de Pós-Graduação em Economia Baiana da UNIFACS. Salvador, 2001.

MS/SUS apud SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, NORONHA, Eduardo Garutti; TURCHI, Lenita Maria. **Cooperação e Conflito: Estudo de caso do Complexo Coreiro-Calçadista no Barsil**. Brasília, mar. 2002.

MYRDAL, Gunnar.; HIRSCHMAN, Albert *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB. 1960.

NERY, Maria Goreth e Silva.; MENDES, Auro Aparecido. O pólo calçadista de Itapetinga (BA): Um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Gilson Batista.; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, Neuma Gusmão de. De capital da pecuária ao sonho do pólo calçadista: A constituição da estrutura urbana de Itapetinga – BA. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

PASSOS, Dermeval. **Região Sudoeste da Bahia: A organização do Espaço Econômico** 1. Salvador, 2000.

PERFIL SETORIAL. **Calçados**. SEBRAE. Minas Gerais, mar, 2005.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

_____. **O conceito de Pólo de crescimento**. SCHWARTEMAN, Jacques (org.). **Economia Regional: Textos escolhidos**. CEDEPLAR. Belo Horizonte, 1977.

PINHEIRO, S.S. Relações de produção e de trabalho: uma análise geográfica da indústria de vestuários, calçados e artefatos de tecidos em Rio Claro-SP, e suas vinculações espaciais. 1993. 191 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.

PLATA, Ludwig Einstein Agurto.; SANTOS, Fernando Fiuza dos. Justificativa socioeconômica para a criação do curso Gestão em Produção Industrial na FATEC de Itapetinga. Itapetinga: Fatec de Itapetinga. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/007-workshop-2012/workshop/trabalhos/formtecn/justificativa-socioeconomica.pdf>>.

PREFEITURA ITAPETINGA, Dados Gerais 2012. Disponível em: <<http://www.itapetinga.ba.gov.br/>>. Acesso em: Jul. de 2013.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A Pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3. ed., 1 reimp. São Paulo: Rêspel, 2008.

PROCHNIK, Victor; UNE, Maurício Yoshinori. **A Migração da Cadeia Produtiva de Calçados para a Região Nordeste do Brasil**. 2000.

RICHARDSON; Harry W. **Economia Regional (Teoria da Localização, Estrutura e Crescimento Regional)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 335-336.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Formas Urbanas: Cidade Real e Cidade Ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador : Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999. p.334.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14. Ed. São Paulo: Bst Seller. 2004.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.18, n.2. Pág. 164 – 200. 1997.

SENAI - Serviço de Aprendizagem Industrial. Disponível em: <www.senaigo.com.br>. Acesso em: Jul./2013.

SIQUEIRA, T.V. Zona da Mata do Nordeste: diversificação das atividades e desenvolvimento econômico. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.147-194, jun., 2001.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador. ed. FAPESB. 2003.

SPÍNOLA, Vera. Indústria de calçados: Características, evolução recente e perspectivas para o segmento baiano. **Revista Desenhahia**, n. 8, março/2008.

SUPERINTENDÊNCIA de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Salvador: SEI, 2009. 334 p. il. (Série estudos e pesquisas, 82).

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOBRINHO, Edson A Silva. **Reflexos da Globalização na Distribuição Espacial dos Investimentos Industriais Privados no Estado da Bahia**. Revista Desenhahia nº 4. Março.2006.

SOUSA, João Gonçalves. **O Nordeste brasileiro. Uma experiência de desenvolvimento regional**. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1979. p. 294.

SOUSA; Luiz Gonzaga. **Economia industrial**, 2005.

SOUZA, Roberta Lourenço de, PACHECO, Fabiana. **A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise**. Conjuntura e Planejamento.

SOUZA; Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed, São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Viviane.; PAULA, Nilson Maciel de.; FUCK, Marcos Paulo. Os desafios da indústria calçadista brasileira: competir ou proteger? **Revista Economia & Tecnologia (RET)** V 8, n. 4, p. 93-100, out/dez/2012.

